



ATA N.º 29/XII-2º/2018-19

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Vitória Clube Quintinhas, sito na rua Eugénio Salvador, nº 46, Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Alteração à Composição das Comissões Permanentes;

3.2 - Eleição de um/a cidadão/ã para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:

3.3.1 - “Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Almada relativos ao exercício de 2018”;

3.3.2 - “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2018”;

3.3.3 – “Relatório e Conta de Gerência da ECALMA relativos ao exercício de 2018”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019”;

3.5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, referente ao ano de 2019”;

3.7 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Pormenor de Reversão da Quinta do Guarda-Mor”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Serviço de transporte flexível Circuito da Saúde”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque (PSD), Sílvia Maria Mendes de Sousa (PSD) e Augusto António Brinquete Proença (PSD manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Mara Rita Silva Martins (CDU), por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso e de Andreia Sofia Fernandes Egas; António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria e de Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; Rita de Almeida Casimiro de Matos Oliveira (PSD); Carlos Manuel Costa Botelho de Moura (PSD) por impedimento do cidadão Sr. Henrique Bartolomeu de Vilhena Guisado.

4.1.2 – O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr. Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett;

4.1.3 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

4.1.4 – O Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias solicitou a sua substituição pelo eleito Vítor Miguel Pereira Lourenço.

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes José Dias Simão e Miguel Duarte.

5.1.1 – O Senhor Múncipe José Dias Simão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero registar a satisfação que tenho, de ter aqui um Clube no qual sou associado e de que fui até há bem pouco tempo dirigente ter novamente aqui à Assembleia Municipal, que é par anos uma satisfação. E tendo a Assembleia Municipal aqui neste lugar aproveito para fazer referência a dois ou três aspetos que têm precisamente a ver com este local. Mesmo aqui em frente ao nosso clube, onde nos encontramos hoje, existe um parque que é o parque verde. Este parque não tem merecido por parte da nossa Autarquia, da Junta de Freguesia, a atenção que do meu ponto de vista deveria merecer. Eu penso que se trata de um parque municipal, em que a gestão está entregue à Junta de Freguesia. Mas essa gestão não tem existido. Em agosto passado, eu fiz uma informação para o Portal da Câmara Municipal, dando conta do risco que o parque corria, pelo facto de ter ervas altas e secas, e, portanto, o risco de incêndio que era bastante grande. Acontece, que apesar desta comunicação, não houve qualquer reação e, portanto, o parque não foi limpo como do meu ponto de vista deveria ser. Este ano também o parque não foi objeto de qualquer limpeza, o que me dá uma certa estranheza, porque se há legislação em Portugal que obriga a limpar as ervas junto das casas e das populações, como é que este parque não é limpo? Eu não sei se é por falta de meios, se é por falta de interesse, qual é a razão. O que acontece é que aqui bem perto deste parque existe outro parque, que é o Parque Aventura, que é o parque que é gerido pela Câmara Municipal e que é um parque bastante bem cuidado e limpo, e a minha sugestão vai no



sentido de ser também a Câmara Municipal a gerir o Parque Verde. O Parque Verde tem um valor ambiental enorme, que é um parque que tem a flora que existe na Charneca de Caparica há centenas de anos e até do ponto de vista pedagógico é um parque muito interessante, e, portanto, era bom que ele fosse cuidado e preservado.

Outro aspeto que queria referir, é o facto de o nosso Clube, o Vitória Clube Quintinhas, ter neste momento centenas de crianças e adultos e jovens a praticar desporto aqui no Clube. Acontece que há diariamente muita gente a entrar e a sair do Clube, muitas crianças a entrarem e a saírem do Clube, e nós em tempos fizemos um pedido à Câmara Municipal no sentido de serem construídas lombas ou outro meio que permitisse reduzir a velocidade das viaturas que circulam aqui na rua. Penso que isto é também um ponto de alguma urgência antes que aconteça aqui alguma tragédia que envolva alguma criança do Clube.

Finalmente, queria fazer uma referência, que durante a campanha eleitoral, o Partido Socialista referiu a urgência em construir uma rotunda no fim da rua Eugénio Salvador. Faz todo o sentido que tenha referido isso na campanha, porque é um local por onde convergem cinco ruas e onde há frequentemente acidentes. E durante a campanha eleitoral foi dito que: "com o PS vamos ter aqui uma rotunda". O que é facto, é que já passou um ano e meio e a rotunda ainda não foi construída e os acidentes continuam a acontecer."

5.1.2 – O Senhor Município Miguel Duarte:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho hoje falar de recolha seletiva e fazendo um pouco de história direi que em Almada a recolha, a primeira recolha separada, foi a do vidro, teve o seu início em 1985, ano em que se recolheram 106 toneladas. E sete anos depois, em 1992 a recolha foi de 513 toneladas.

Em 1991, arrancou a recolha seletiva do papel, em que Almada foi pioneira recolhendo nesse ano 11 toneladas. Nesse mesmo ano, foi posta em prática uma experiência piloto nas praias com a recolha separada das latas tendo sido recolhidas 35 toneladas.

Em 1992, graças a uma campanha muito assertiva em todo o Concelho a recolha de papel foi de 188 toneladas e das latas (sucata) 379 toneladas.

Sei que a Câmara colocou em marcha um importante projeto que vai neste sentido e que vai ter a sua fase de arranque aqui na Freguesia da Charneca Sobreda.

Já está em prática uma experiência piloto na Freguesia e a minha área residencial integra esse projeto, e deixe-me dizer-lhe que tem sido uma experiência muito interessante porque, sinceramente, nunca me tinha apercebido dos resíduos que existem para além dos resíduos orgânicos, sobretudo plásticos. É incrível. Pelas minhas contas que já efetuei, os resíduos orgânicos representam qualquer coisa como cerca de um quinto da totalidade do lixo produzido (plástico mais papel) que são recolhidos separadamente às quintas feiras.

Este, Senhora Presidente, tem de ser um caminho que vai ter muitos percursos acidentados, que é preciso superar, porque a mudança é algo a que as pessoas reagem negativamente, mas que a pedagogia tem uma intervenção determinante.

É preciso preparar bem o terreno, implementar faseadamente o modelo, corrigir os erros antes de passar à fase seguinte e não ter medo de errar, porque, como disse esse grande pedagogo da primeira metade do século passado, Bento de Jesus Caraça "Se não receio o erro é porque estou sempre disposto a corrigi-lo"

É preciso muito empenho ao que se junta o trabalho. Depois do empenho e do trabalho, temos a outra fase que se chama trabalho e, finalmente, implementada estas duas fases temos a terceira que se chama trabalho.

Como disse no início, este é um trabalho de todos, porque Almada tem de ser um exemplo na preocupação ambiental, com todos os reflexos que daí advêm para aqueles que aqui residem e para os outros que nos visitam.

Há coisas que são de uns e outras são de outros. Esta coisa é de todos. Tem de haver muita informação sobre o que é, para que serve e os seus benefícios e essa informação tem de estar em todo o lado.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pensei numa frase simples que podia ser a bandeira da campanha "Recolha seletiva uma missão de todos" e esta frase simples, com um alcance muito profundo, deveria estar em todo o lado, nos espaços dos cidadãos, nas instalações da Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia, nos documentos emitidos em roda pé, nos palcos das festas, nas feiras, nas escolas, nas praias, nos veículos do município, nas coletividades.

Façamos todos deste projeto, em que todos acreditem, um projeto nosso em que todos e cada um, contribuirá na medida das suas possibilidades com dedicação e com determinação, com trabalho pois só assim se alcançará o êxito.

Como sabe Senhora Presidente só há um local em que o êxito vem primeiro que o trabalho, é no dicionário. Em tudo o resto o trabalho está sempre primeiro e só depois virá o êxito.

Permita-me Senhor Presidente, que termine citando Mário Soares, no final do seu discurso de tomada de posse, do Primeiro Governo Constitucional da Segunda República em 23 de julho de 1976: "Vamos ao trabalho."

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e as Senhoras Vereadoras Francisca Parreira e Teodolinda Silveira.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente, responder ao Senhor Múncipe José Dias Simão, e depois se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir, passarei a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira e também à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, para responder à intervenção do Senhor Múncipe Miguel Duarte.

Relativamente às lombas e à rotunda, permitam-me que diga que justamente nós lançamos agora uma série de empreitadas gerais, para poder avançar rapidamente com essa obras. Tem toda a razão, esta rotunda aqui, e sempre que nós passamos por aqui, torna-se por demais evidente que é preciso resolver aquele cruzamento, é das que está de forma prioritária para poder ser feita tão breve quanto possível. Está nas nossas empreitadas gerais, está prevista na planificação, estamos à espera do final do procedimento para poder lançar a obra de forma célere e eficaz.

Relativamente às lombas, não lhe sei dizer neste momento, porque não tenho toda a planificação que foi feita ao nível da mobilidade, portanto, não lhe posso responder concretamente quando, como e se sim, já este ano ou para o ano, mas de qualquer maneira também foi já feito o levantamento dos sítios mais críticos ao nível da velocidade, onde teremos obviamente que instalar formas de as pessoas reduzirem a velocidade. E também, pedir maior fiscalidade.

De uma maneira geral, também apelar em todas as ocasiões e aproveito estarmos em direto, para todos os muncípes de Almada que nos estejam a ver, pedir também às pessoas, que tenham a noção que os limites da velocidade não é apenas só porque há um legislador que decide implicar, é sim, para garantir a segurança de todos e sobretudo de crianças junto das escolas, a clubes, a associações, onde há muitas crianças a frequentarem, penso que há que também apelar à consciência de todos sobre a sua condução."

5.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria-lhe dizer e dar nota Senhor José Dias Simão, que o Serviço Municipal de Proteção Civil iniciou, no ano transato, um estudo de avaliação de risco de incêndio do Parque Verde. Este estudo está devidamente concluído, e aliás, tentamos que o estudo, ele em sim também, acompanhasse o Plano de Defesa da Floresta, o nosso Plano Operacional Municipal, que foi recentemente aprovado. São, e é feito nesse mesmo Plano de Avaliação de Risco de Incêndio do Parque Verde, são feitas pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, uma série de sugestões e de avaliações também de risco, apresentando propostas para adequar o Parque Verde, àquilo que são as novas medidas implementadas e previstas na legislação Segurança dos Cidadãos. O que aconteceu na sequência desse mesmo estudo, foi que o Serviço Municipal de Proteção Civil, lançou uma empreitada, empreitada essa que entra no terreno já na próxima semana. Portanto, o Parque Verde vai ser limpo, vai ser



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

objeto de arranjo e de medidas de mitigação do risco, para que se acautele a segurança das pessoas que vivem nesta área e que estão e usam e fruem também o Parque Verde. Mas, fazer aqui uma pequena precisão. De facto, o Parque Verde esteve durante algum tempo protocolado com a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda, e era a Junta que tinha a missão e obrigação de gestão do espaço e de limpeza do espaço. Aquele contrato, se assim podemos dizer, ou protocolo, ou acordo, caducou, e neste momento a responsabilidade de gestão e de limpeza do Parque e manutenção, compete à Câmara Municipal. E o Serviço Municipal de Proteção Civil, tem essa missão e está a cumpri-la.”

5.2.3 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à reciclagem e à questão da separação dos resíduos, faz parte do Plano Estratégico que traçamos para o mandato, exatamente um plano de reciclagem. Porquê? Porque isto nos ajuda em dois vetores que são para nós essenciais. O primeiro é porque nos ajudará a reduzir a fatura daquilo que pagamos em aterro, quanto mais nós conseguirmos desviar da deposição em aterro através da recolha seletiva, menor será a fatura que temos que pagar e maior poderá ser o investimento que podemos fazer.

Segundo, porque ajuda-nos a cumprir as metas que temos com Bruxelas e isso também nos trará benefícios. Portanto, o que é que temos feito? Para além de acompanhar como foi dito pelo Senhor Município, de termos lançado um projeto piloto logo no início de 2018, vamos fazer no plano de contentorização que temos em mente, a expansão da porta a porta, e a expansão da porta a porta, será acompanhada pela AMARSUL, na recolha de resíduos reciclados. Acabamos o projeto de reciclagem nas Escolas do 1º Ciclo, acompanhamos o projeto com a AMARSUL, na recolha seletiva de vidro, que é um projeto que já tem uma nuance que é, premeia quem tenha hábitos sustentáveis. E, portanto, traduz melhorias e até benefícios para os comerciantes porque é um projeto na área dos comerciantes, para os comerciantes que recolham efetivamente maiores números de resíduos. Iniciamos um projeto de compostagem doméstica, iniciamos já a 1ª fase, com entrega de duzentos compostores, procurando desviar essa parcela importante, que são os resíduos orgânicos. Também acabamos de fazer uma candidatura com a AMARSUL, exatamente para esta parte de resíduos, que são os resíduos orgânicos. É uma candidatura que trará ao Concelho um grande investimento, quer em viaturas, quer em contentores, e que nos permitirá, aprovada se assim for, dar um salto muito qualitativo na questão da reciclagem. Portanto, esta é, em termos de gestão de resíduos, uma das nossas grandes prioridades, eu poderia mesmo dizer, a grande prioridade. Por estas duas vantagens que nos traz, que é a redução do preço em aterro e o cumprimento das metas que também nos beneficiam por outro lado.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi consensualizado na Conferência de Representantes que a alteração à composição das Comissões Permanentes a que se refere o ponto 3.1 da agenda será adiada para futura sessão da Assembleia.

6.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo a Eleição de um/a cidadão/ã para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), tendo o Senhor Presidente informado a Assembleia que deu entrada na Mesa, nos termos do artigo 92º do Regimento, uma propositura de candidatura para a eleição da cidadã Ana Luísa Capelo como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);

6.2.1 – Não havendo pedidos de palavra, passou-se à votação por voto secreto, procedendo-se à distribuição de votos e realizando-se a chamada, tendo os/as Senhores/as Deputados/as Municipais exercido o seu direito de voto;

6.2.2 – Finda a votação procedeu-se ao escrutínio e, no final, o Senhor Presidente anunciou o resultado da votação, que foi o seguinte: 38 votantes, sendo 31 a favor, 5 abstenções e 2 votos contra, sendo aprovada a proposta por maioria, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada elegeu, por voto secreto, a cidadã Ana Luísa Capelo para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em representação da Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 17º, al. I) da Lei nº 147/99 de 1/9, com a redação dada pela Lei nº 142/2015 de 1/10, e dos artigos 91º e ss do Regimento.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo a Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas: “Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Almada relativos ao exercício de 2018”; “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2018”; “Relatório e Conta de Gerência da ECALMA relativos ao exercício de 2018”;

6.3.1 – O Senhor Presidente informou a Assembleia que fora consensualizado na conferência de representantes que estes documentos serão apresentados e apreciados em conjunto sendo submetidos a votação separadamente;

6.3.2 – Para apresentação dos documentos usaram da palavra os/as Senhores/as Vereadores/as João Couvaneiro, Miguel Salvado, Teodolinda Silveira e Francisca Parreira e ainda a Senhora Presidente da Câmara.

6.3.2.1 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em virtude de a Senhora Presidente de Câmara ter acento no Conselho de Administração da ECALMA, cabe-me a mim fazer a apresentação do Relatório e Contas, e, para isso, o documento foi distribuído, é do conhecimento de todos, eu permitir-me-ia fazer uma breve síntese, estando naturalmente disponível depois para esclarecimentos adicionais.

Desde logo, dar nota que, este ano 2018, o resultado líquido foi de 20.000.00€ (vinte mil euros), em 2017 o resultado líquido do exercício tinha sido apenas de 1.000.00€ (mil euros), existiu uma taxa de execução de 91%, verificou-se uma diminuição ainda assim das receitas, diminuição esta que contraria a perceção de uma prática de caça à multa, que muitas vezes é referida relativamente aos trabalhadores da ECALMA. Houve visto do Tribunal de Contas para o Contrato Programa 2018, 2019, entre a Câmara Municipal de Almada e a ECALMA, relativo aos subsídios à exploração de seis parques, do Flexibus, fiscalização dos lugares de residentes. Foi implementado um processo de pagamento com recurso a via verde, e permitam-me destacar aquilo que nos parece de facto mais significativo, que é, uma muito assinalável melhoria das condições dos trabalhadores, tendo acabado a vergonha de existirem pessoas a trabalharem em espaços em que chovia, cobertos por fibrocimento em mau estado, dentro de precários contentores, situações como de uma trabalhadora que esteve dois anos a trabalhar num espaço, num pequeno cubículo de três metros quadrados. Foram criadas condições para que os trabalhadores pudessem tomar banho condignamente. Situações indescritíveis nos espaços de refeição como a existência de ratos, e hoje sabemos que os trabalhadores da ECALMA podem aceder aos espaços onde os restantes trabalhadores da Câmara Municipal de Almada tomam as suas refeições.

Destacando ainda com esta enorme importância que é: começaram a ser criadas carreiras para os trabalhadores da ECALMA que não tinham, e está naturalmente em revisão os salários com indicação de aumentos a partir já de 2019.

Se me permitem eu terminaria aqui a exposição estando naturalmente disponível para esclarecimentos adicionais.”

6.3.2.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para uma apresentação também relativamente breve daquilo que são as contas de 2018 dos SMAS,

Dizer que os resultados obtidos se devem naturalmente ao envolvimento e à resposta dos trabalhadores dos SMAS, que com uma enorme dedicação e significativa eficiência, contribuíram para os resultados alcançados.



Durante o ano de 2018, os SMAS de Almada prosseguiram e concluíram ações e projetos de forma a garantir a satisfação das necessidades dos utentes, a sustentabilidade da organização e a sustentabilidade ambiental.

No abastecimento de água, o controlo de qualidade da água à população do Concelho foi garantido, com 100% de análises obrigatórias do Programa de Controlo de Qualidade da Água, tendo sido alcançado um nível de conformidade de 99,87%.

Nas águas residuais, o controlo analítico das nossas ETAR foi assegurado nas diferentes etapas dos processos de tratamento e monitorização das águas tratadas e rejeitadas no meio recetor, tendo havido um total de 12914 parâmetros analisados.

A construção e regulação da rede tanto de coletores, como também a rede de águas, prosseguiu com diversas intervenções em diferentes locais do nosso Concelho.

Os SMAS de Almada mantiveram a qualificação como entidade reparadora e instaladora de contadores de água fria, bem como a manutenção dos seus sistemas de gestão.

Continuamos com grande enfoque, também, na informação de interesse para os utilizadores e para os nossos municípios, naturalmente, e tendo um grande enfoque com as questões de interrupções do fornecimento de água nas nossas intervenções e nos serviços disponibilizados.

Os SMAS de Almada mantêm de forma marcada a sua preocupação a nível social. Assim, no final do mês de dezembro de 2018, beneficiavam do tarifário social 1570 utentes, e tendo sido concedidos 2645 pedidos de plano de pagamento em prestação de dívidas.

Para a concretização e idealização do futuro Museu da Água de Almada, no reservatório do Pragal, junto ao Cristo Rei, continuamos o trabalho através do protocolo entre os SMAS e a Faculdade de Arquitetura de Lisboa.

Relativamente a prémios e distinções externas, foi atribuído pela ERSAR, pelo 5^a ano consecutivo, o Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano.

Os SMAS de Almada, participaram também em diversas iniciativas institucionais, das quais destacamos por exemplo, o Festival Sol da Caparica entre outros.

Para terminar esta breve e muito resumida apresentação, a situação económica dos SMAS de Almada, apresenta grande estabilidade e bons indicadores de referência.

Em 2018, o investimento realizado foi de 3.893.175.38€ (três milhões oitocentos e noventa e três mil cento e setenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos), aplicado nomeadamente, na remodelação de rede de esgotos em Almada Velha, na execução de furos de captação, na construção do emissário do Funchalinho, em diversas obras em reservatórios e centrais, em várias obras de remodelação da rede adutora e distribuidora de água, também no novo sistema contabilístico, na aquisição de software aplicacional e sistema de clientes.

Para terminar esta muito, muito breve, apresentação, até porque todos os dados foram distribuídos neste extenso relatório e depois naturalmente estaremos disponíveis para qualquer tipo de esclarecimento, terminar com uma palavra de agradecimento aos trabalhadores dos SMAS de Almada, pela sua dedicação e empenho no trabalho realizado, continuaremos a trabalhar para manter o nível de excelência, apostando na inovação e no investimento nas infraestruturas e afirmando-nos como uma referência no setor das águas.”

6.3.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Se me permitirem, começarei pela parte financeira e depois se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir passarei a palavra aos Senhores/as Vereadores/as relativamente às atividades.

Relativamente às contas de 2018, quero só realçar que a despesa executada no ano passado foi de 84.453.320.00€ (oitenta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e três mil trezentos e vinte euros), dos quais 68.689.331.00€ (sessenta e oito milhões seiscentos e oitenta e nove mil e trezentos e trinta e um euro) foi em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

despesas correntes, e 15.763.989€ (quinze milhões setecentos e sessenta e três mil novecentos e oitenta e nove euros) em despesas de Capital.

O saldo da execução orçamental é muito positivo, devido aliás, a uma pequena execução ao nível das despesas de capital e sobre o qual eu falarei mais adiante. Tivemos um aumento significativo de receitas, mas também contivemos alguns gastos e conseguimos terminar o ano com um saldo positivo de 12.574.444.00€ (doze milhões quinhentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro euros). Porque é que este número é importante? Porque de facto, tínhamos tido nos anos anteriores, saldos negativos, sendo o de 2017, um saldo da execução orçamental, antes, obviamente, da introdução do saldo de gerência de menos 5.415.800.00€ (cinco milhões quatrocentos e quinze mil e oitocentos euros) e em 2016, um saldo negativo de 7.900.000.00€ (sete milhões e novecentos mil euros). E, portanto, era nossa intenção equilibrar, não só conseguimos equilibrar, como conseguimos ultrapassar e se tivéssemos conseguido ir mais longe na execução, também conseguiríamos terminar o ano em positivos. Portanto, tivemos de facto, um acréscimo na receita, que é uma boa coisa, mas que aliás, é uma receita que tem vindo a crescer sistematicamente, ao longo dos últimos quatro, cinco anos. As receitas correntes foram no total de 91.874.189.00€ (noventa e um milhões oitocentos e setenta e quatro mil cento e oitenta e nove euros), em capital foram na ordem dos 4.896.964.00€ (quatro milhões oitocentos e noventa e seis mil novecentos e sessenta e quatro euros), e outras receitas ao nível dos 12.658.367.00€ (doze milhões seiscentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e sete euros).

Os resultados operacionais, como disse, foram extremamente positivos, e conseguimos inverter, de facto, esta questão de ter o total da receita bruta acima do total da despesa executada do ano. A evolução da despesa, curiosamente, não houve uma descida tão acentuada da despesa, sendo a despesa corrente deste ano de 68.689.331€ (sessenta e oito milhões seiscentos e oitenta e nove mil trezentos e trinta e um euros), que compara com a do ano passado de 69.014.196€ (sessenta e nove milhões catorze mil cento e noventa e seis euros). Relativamente à despesa corrente convém salientar que nós tivemos, no ano passado, e também este ano, que incorporar obviamente aquilo que foram conquistas que é, a reposição de direitos dos trabalhadores, assim como o aumento do salário mínimo, que em 2019, também continuou a aumentar. Apesar disso, conseguimos conter as despesas correntes. As despesas de capital, essas sim, tiveram uma descida relativamente a 2017, onde foi de 24.270.000.00€ (vinte e quatro milhões duzentos e setenta mil euros) e em 2018, foram de 15.664.000.00€ (quinze milhões seiscentos e sessenta e quatro mil euros). Comparam bem com anos, por exemplo, como 2014. Relativamente a esta baixa da execução das despesas de investimento e de capital, importa dizer que havia uma série de candidaturas a fundos europeus, ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano em especial, que como penso que já tivemos ocasião de dizer aqui nesta Assembleia Municipal, que decidimos rever essas candidaturas e reprogramá-las, o que vem trazer obviamente um adiamento de alguns dos investimentos. Esse foi o compromisso que tivemos quando apresentamos o Orçamento de 2019, e que nós já sabíamos que iria ser positivo, é que esta margem positiva fosse canalizada para o investimento. Para terem uma noção daquilo que é a reprogramação em curso, no início de 2018, nós tínhamos uma série de candidaturas no montante global de 17.832.500.00€ (dezassete milhões oitocentos e trinta e dois mil e quinhentos euros), do qual um investimento elegível eram só 14,7 milhões, e a comparticipação dos fundos europeus era apenas 7,3 milhões. Não! peço desculpa esta é a revisão eu estou a ler a revisão. O atual é que são estes valores com uma comparticipação na ordem dos 41% em termos de fundos europeus. Em contrapartida quando nós chegamos o investimento global previsto era de 23,7 milhões, do qual o investimento elegível eram praticamente 50%, eram 12.500.000.00€ (doze milhões e quinhentos mil euros), e a comparticipação dos fundos europeus eram apenas de 6,2 milhões, ou seja, o que dava uma comparticipação na ordem dos 27%. Importa dizer que estas candidaturas não eram sequer realizáveis a tempo da finalização do programa do Portugal 2020. E, portanto, esta reformulação dos investimentos, de facto, trouxe algum atraso na execução, mas, como vos disse, o investimento está cá e está previsto. Relativamente às despesas com o pessoal para 2018, foram pagos 33.401.258€ (trinta e três milhões quatrocentos e um mil, duzentos e cinquenta e oito euros), não peço desculpa, o orçamento corrigido foi de 37.451.351€ (trinta e sete milhões quatrocentos e cinquenta e um euros). Ou seja, houve um aumento substancial nos custos com o pessoal, não só nas remunerações certas e permanentes, nos abonos variáveis e eventuais, e na segurança social.



Relativamente também à despesa, até porque isto tem sido muito debatido, quero dar aqui uma nota relativamente à evolução daquilo que é o investimento dos últimos anos, à evolução das transferências. Permitam-me que faça aqui apenas uma nota, porque isto tem sido de facto muito debatido, a questão das transferências e nomeadamente, das transferências para o Movimentos Associativo. E para que não houvesse dúvidas, nós pedimos o detalhe exato, relativamente à educação e juventude, à cultura, e ação desportiva, tendo criado em 2018, e também em 2019, e agora também, apoios para tudo o que são iniciativas ao nível do clima e do ambiente.

No Departamento de Cultura, em 2018, em correntes, foram pagos 1.724.929.00€ (um milhão setecentos e vinte e quatro mil novecentos e vinte e nove euros), e em capital, aí sim, foi muito mais reduzido, ou seja, para obras, na ordem dos 57.407€ (cinquenta e sete mil quatrocentos e sete euros). No total, na ação desportiva, relativamente ao ano de 2017, o investimento tinha sido na ordem dos 187.170.00€ (cento e oitenta e sete mil cento e setenta euros), é de facto abaixo, mas não é a tal redução tão substancial quanto se fala. E, relativamente às correntes houve uma diferença de 200.000.00€ (duzentos mil euros).

Relativamente à ação desportiva, essa então é ao contrário, houve um aumento em 2018 relativamente a 2017, nas transferências, um aumento na ordem dos 390.059.00€ (trezentos e noventa mil e cinquenta e nove euros), que comparando com 2017 foi de 249.245.00€ (duzentos e quarenta e nove mil duzentos e quarenta e cinco euros), e no investimento para clubes, onde nos encontramos, o ano passado as transferências foram na ordem dos 166.252.00€ (cento e sessenta e seis mil duzentos e cinquenta e dois euros), o que significa um aumento de 6.000.00€ (seis mil euros) relativamente a 2017.

Também ao nível da intervenção social, por um lado, entretanto foi dividido, o que dá um total global este ano, de transferências na ordem dos 10.357.993.00€ (dez milhões trezentos e cinquenta e sete mil novecentos e noventa e três euros), o que comparando com o ano passado curiosamente, fica acima, sendo que em 2017, foram de 10.302.008.00€ (dez milhões trezentos e dois mil e oito euros).

Portanto, eu quis atardar-me um pouco aqui, porque de facto, tem sido sistematicamente passada a ideia de que reduzimos os apoios às coletividades, reduzimos os subsídios, reduzimos as transferências e aqui os números são claros, não só não reduzimos como até aumentamos ligeiramente. Ligeiramente, de facto, sendo que o grande aumento que se verificou, o extraordinariamente aumento que se verificou desde 2014, não é propriamente comportável e, portanto, isto tem que ser visto de facto, com atenção, que é para deixar as coisas muito claras.

Relativamente à evolução da despesa, de facto, penso que já li os totais e o resto é por parte da Revisão Orçamental da qual falaremos mais tarde.

Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir passaria a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.”

6.3.2.4 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Pelouro da Higiene Urbana, eu penso que na resposta que dei ao Senhor Município há pouco, fiz uma retrospectiva do que foram as nossas principais intervenções. De qualquer modo sistematizando direi que o ano 2018, foi um ano com duas linhas essenciais de intervenção. Uma primeira no âmbito da capitação dos serviços, quer a nível de recursos humanos pela contratação de pessoal, quer a nível de equipamentos, quer pela reciclagem e recuperação de equipamentos que estariam não utilizáveis e que podemos conseguir pô-los, dada a necessidade, a funcionar, e através da aquisição de uma viatura para a recolha dos resíduos. O segundo eixo que há pouco referi, é o eixo que é aquele que eu considerei estratégico, que é de facto o de redução da fatura em aterro, pelos motivos que há pouco aludi, porque nos permite investimento, porque nos permite cumprir as metas, porque torna Almada mais sustentável. Porque tudo o que seja melhorar o ambiente é com certeza melhorar a vida na Cidade de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostaria apenas de fazer aqui um pequenino aumento, porque há pouco me esqueci, e que tem a ver com o delinear, estamos a delinear circuitos dedicados, de ferro, madeira e outros materiais, que podem para além de serem um grande peso e, portanto, cumprirem o grande objetivo de reduzir a fatura no aterro, têm ainda a vantagem de poderem entrar na economia circular, e, portanto, permitir aqui até não só despesa, mas até ganhos.

Fizemos também três ou quatro eco eventos o que significa, que há logo ali, à partida, uma separação e reciclagem dos resíduos. Portanto, penso que são as linhas principais que foram seguidas em 2018.

No diz respeito ao Departamento de Intervenção Social e Habitação. Procuramos começar a dar consistência aos Planos Municipais, que fizeram parte das nossas Grandes Opções. No âmbito do envelhecimento ativo desenvolvemos trabalho junto das Associações e da Faculdade de Ciência e Tecnologia no âmbito da constituição daquilo que nos comprometemos, que é o arrendamento intergeracional, e criamos uma oficina domiciliária também dirigida essencialmente a estes escalões etários.

No âmbito do programa “Cuidar de Quem Cuida”. Renovamos e fizemos um novo protocolo no âmbito do Café Memória, criamos o Gabinete de Apoio ao Cuidador, intitulado “Cuidar Melhor”, trabalhamos com o Hospital Garcia de Orta, afincadamente, numa parceria que dará frutos em 2019, e que aludirei na altura, no âmbito da hospitalização domiciliária.

Aprovamos durante o ano 2018, implementamos o Programa Municipal de Integração dos Migrantes, reforçamos os centros locais de apoio ao emigrante. Desenvolvemos um protocolo com a Associação CRETCEU de Cabo Verde, para a evacuação dos doentes de Cabo Verde e fizemos uma candidatura ao FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, intitulada “O Projeto Almada Acolhe, vamos falar Português”, que reputo de muito importante, não só pela facilitação da integração dos migrantes pela comunicação, mas porque há uma correlação direta entre a dificuldade da língua e o insucesso. E, portanto, parece-nos que esta vertente é uma vertente muito, muito importante.

No último eixo que queria sublinhar, é o NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem Abrigo, onde criamos a primeira equipa de intervenção de rua com bastantes dificuldades, está agora a começar a dar os seus frutos e depois em 2019, aludirei já ao desenvolvimento disto, e criamos um protocolo com os Bombeiros Voluntários no sentido de termos um local para acolhimento das situações que encontramos e que se não houver um local de acolhimento de pouco vale fazer o levantamento das situações.

No que diz respeito à habitação. Foi um ano de desenvolvimento de muito trabalho, no levantamento, no conhecimento, na caracterização dos nossos bairros municipais, no que tem a ver com o edificado, tem a ver com o agregado que lá está e que tem a ver com a titularidade do próprio fogo. Fizemos o levantamento de outras situações de habitação precária no âmbito do CLASA e das Juntas de Freguesia, e desenvolvemos num grupo inter serviços. Muito trabalho, que também dará frutos agora quando fizermos a avaliação destes três meses de 2019, que nos conduzirá à elaboração da Estratégia Local para a Habitação, nesse grupo inter serviços e que será condição sine qua non de candidatura ao 1º Direito, no âmbito das novas políticas para a habitação.”

6.3.2.5 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação às áreas que tenho responsabilidade na Câmara Municipal, de uma forma muito sucinta, até para termos tempo depois para o debate, dizer o seguinte: houve uma grande preocupação no lançamento de várias empreitadas a nível da rede viária e também de concretização de muitas obras a nível da administração direta da própria Câmara Municipal, um reforço inclusive dos meios. A nível da gestão da frota, um dos grandes objetivos, foi exatamente, reforçar rapidamente os meios disponíveis a nível da recolha de resíduos urbanos. Como sabem, nós tínhamos uma frota muito envelhecida. Desde 2011 que não havia uma única aquisição de um único veículo novo, nós neste momento temos já três ao serviço que já foram e que já chegaram neste mandato. Aliás, o segundo novo que foi adquirido, agora está ao serviço exatamente há cerca de uma semana. Temos neste momento o concurso a decorrer para mais oito viaturas, só falta o visto do Tribunal de Contas. De qualquer maneira, dizer que houve uma grande preocupação em ter os procedimentos de uma forma mais



concreta, mais sistematizada e até de uma forma mais transparente, também a nível da própria gestão de frota e de reparação da frota.

E para terminar, temos feito um trabalho, e os serviços estão de parabéns porque têm feito um enorme trabalho de análise de todas as situações a nível não só da rede viária, do trânsito e da mobilidade, em diversas áreas. E deixem-me dizer o seguinte: tem havido neste ano que passou, e nos outros que vão vir, aliás, no orçamento que aprovamos em dezembro, nas Opções do Plano e Orçamento, era possível perceber isso, e estamos numa Freguesia, na União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda, que tem há muitos, muitos anos graves problemas a nível de trânsito, mobilidade e da rede viária, e até a nível de passeios, a nível de passadeiras, a nível da própria mobilidade, porque muitas vezes não é só o problema dos carros, é acima de tudo o problema das pessoas e da sua mobilidade, e temos uma grande preocupação, principalmente nesta Freguesia, porque também é a maior Freguesia, é a que tem mais território em Almada, mas também foi a mais abandonada nos últimos anos e que também tem mais carências. E queria para terminar deixar esta palavra.”

6.3.2.6 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Conforme a Senhora Presidente de Câmara esclareceu, os documentos estão à vossa apreciação.

Permitam-me apenas, no âmbito das atividades cuja tutela me está atribuída, dar-vos nota que ao nível do Planeamento se procedeu à elaboração do Relatório do Estado de Ordenamento do Território de Almada, o chamado REOT, e cujos inícios dos trabalhos e a elaboração de proposta técnica, foi submetida para validação superior.

Desenvolveu-se o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, com vista à sua conclusão com a relevância neste período para análise e discussão interna, da proposta preliminar, da REN bruta, visando a delimitação da REN total.

Promoveu-se a revitalização da Romeira, encorajando a instalação de atividades económicas, e outras que garantam a dinamização do território.

Promoveu-se ainda, a regularização das AUGI, com a criação de uma nova divisão, divisão essa que iniciou os trabalhos para a existência de um novo regulamento, de benefícios e isenções para as Áreas Urbanas de Génesis Ilegal. Fez-se ainda, nesta matéria, a questão de se envolver o projeto dos passadiços do Tejo e o avanço de soluções para a reabilitação de um grande equipamento municipal, o Presídio da Trafaria.

Ao nível da reabilitação urbana, fizemos questão de criar novas ORU e elaboramos o regulamento do programa de apoio à reabilitação urbana. Foram ainda realizados onze projetos e estudos de remate urbano.

Assim sendo, queria dizer-vos que quanto à Área da Proteção Civil, foi garantida também a atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almada, foi aprovado neste período o POM – Plano Operacional Municipal 2019/2028. Realizamos o programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”, e foram elaborados diferentes planos prévios, de intervenção. Para este período foi mantido todo o apoio às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários da nossa terra. Foram protocolados todos os apoios neste domínio, porque juridicamente e formalmente era importante, que têm sido nos últimos anos dados às nossas Associações.

Investiu também a Câmara Municipal, muito ao nível do programa “Praia Protegida”, porque é efetivamente importante na área da segurança, garantir que a nossa Orla Costeira, é uma Orla Costeira segura, com uma época balnear segura. O investimento da Câmara Municipal foi triplicado relativamente a este período.

Ainda relativamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil, e permitam-me dimensionar esta atividade, lançamos também uma equipa de intervenção permanente, em colaboração com o MAI – Ministério da Administração Interna, cujo o investimento municipal ascende a metade do esforço financeiro.

Dizer-vos que muito haveria a dizer, nomeadamente na Área da Reabilitação Urbana, mas os documentos estão à vossa consideração e estamos naturalmente disponíveis para qualquer questão que queiram colocar.”



6.3.2.7 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito sinteticamente, para dar nota dos serviços que tutelo.

Na área da educação, quero destacar duas ou três intervenções, desde logo a conclusão das obras na Escola da Quinta de Santa Maria, sabemos que foi uma obra lançada em 2012, que esteve inclusive em 2017 para ser entregue, e, portanto, houve todo um imenso trabalho, para garantir que já este ano fosse possível inaugurar a Escola.

Também gostaria de dar nota que quanto à Escola nº 1 da Trafaria, uma escola onde os meninos tinham que ir à chuva para a casa de banho, por exemplo, e que estava para ser descontinuada, lançamos um conjunto de obras e projetos, que permitem que já esteja no terreno essa obra, para transformar esta escola que serve meninos dos territórios mais frágeis do nosso Concelho, falo do 2º Torrão, falo dos meninos do Bairro Madame Faber, para que tenham condições de imensa dignidade como merecem no acesso à escola pública.

Depois, lançamos também o Plano Municipal para a Promoção da Qualificação e do Emprego, apostando muito na questão da educação e na qualificação de adultos.

Iniciou-se o Plano Municipal para a Promoção do Sucesso Educativo, “Mais Leitura, Mais Sucesso”.

Lançamos um Festival Literário, literatura infantojuvenil Festival Read On.

Lançamos, contrariamente aquilo que algumas vozes diziam, que não ia haver festa de Natal, houve festa de Natal, houve solstício, houve tudo, foi de facto, como muita gente nos disse, foi a melhor festa de Natal de sempre, recorrendo ao Chapatô, com muitos alunos de escolas de Almada que assistiram e tiveram a oportunidade de ver este magnífico trabalho do Chapatô.

Tivemos também o alargamento da Pasta Escolar a alunos do 5º ano, que nos parece que é uma medida de impacto social evidente.

Quanto ao desporto, mantivemos todos os programas desde o Plano de Desenvolvimento do Xadrez, ao Special Ludus, ao Alma Sénior, às Escolinhas, todos os programas, mas também, tivemos grandes eventos como o Campeonato do Mundo de Karaté, que acolhemos aqui, um encontro mundial de Capoeira, a primeira vez que se realizou, mas também o Mundialito de Futebol de Praia, pela 1ª vez no nosso Concelho, o Almada Extreme Sprint, uma grande festa que permitiu abrir a Lisnave a todos os almadenses, para que pudessem voltar a este lugar de memória, com evento desportivo assinalável. A maior aula de surf do mundo que colocou a praia da Fonte da Telha no Guinness World Records, o Trail que pela 1ª vez também se realizou o Terra Mar.

Quanto à juventude, passamos de uma Quinzena da Juventude para um mês da Juventude, o “Março à Solta”. Preparou-se a contratação de doze funcionários que recuperando um atraso de dez anos em que sucessivamente se foram perdendo técnicos e capacidades nestes serviços, e, portanto, houve a capacidade de recrutar estas pessoas.

No turismo tivemos a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, com enorme sucesso, mantivemos a “Trafaria Com Prova”, os concursos gastronómicos, surgiu pela 1ª vez o “Tour do Piteu”, que foi uma iniciativa de grande sucesso, e a produção também de muitos materiais turísticos que estão hoje ao serviço de quem nos procura.

Quanto aos mercados, importantíssima reabilitação do Mercado das Torcatas, que foi aqui referido já na sexta-feira passada, que devolve este espaço à Cidade, dando-lhe uma nova vocação, revitalizando este território.

Foi também lançado um estudo sobre os mercados que permite perceber de que forma é que os nossos mercados hoje podem responder a dinâmicas novas, de comércio que colocam muito em causa estas atividades em função daquilo que é o papel das grandes superfícies e de novas realidades comerciais.”

6.3.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente à cultura, obviamente continuamos todos os grandes eventos como o Festival Sol da Caparica, que teve uma adesão extraordinária o ano passado e que aumentou aliás, o número de espetadores: Tivemos como já foi aqui referido o “Almada Feliz”, esta grande festa de Natal, que não só incluiu o Natal das Escolas, mas também, foi toda uma série de iniciativas de Natal que trouxe a Almada as maiores figuras nacionais do mundo do entretenimento e da cultura, como o Bruno Nogueira, o Carlão, o Hermano José, o Ricardo Araújo Pereira entre muitos outros e que contou quase com dez mil espetadores. Eu tenho repetido que o Herman José agradecia de ter voltado a Almada ao fim de trinta anos, e o Bruno Nogueira de cá estar pela primeira vez. Tivemos também a primeira Sessão de Vídeo Mapping em Almada, no Chalé. Mas mais importante do que isto, conseguimos imprimir toda uma nova dinâmica também na Casa da Cerca, com uma série de exposições, que ficarão certamente para a memória de muitos, tivemos também toda uma redinamização do próprio Museu da Cidade, já na última Sessão evocamos com a grande exposição retrospectiva do Pintor Albino Moura, com os vários festivais de música a quem continuamos a apoiar, com os Sons de Almada Velha, que nunca tiveram tanta afluência como o ano passado, o Movie foi o ano passado ainda pela primeira vez o Festival de Cinema e Música, isto no quadro da grande exposição sobre o Rock, na Margem do Rock. Tivemos também a grande exposição sobre a Lisnave, que também já estava a ser feita e concluída, mas que obviamente foi concluída.

Antes de terminar e o mais sucintamente e estou certamente a esquecer-me de muitas coisas. Houve a Mostra de Teatro, também se realizou contrariamente ao que diziam, que ia acabar, o Festival Sementes, o ano passado tivemos aquela situação crítica de ter que apoiar mais o Festival Internacional de Teatro, organizado pela Companhia de Teatro de Almada, por falta de apoios da DG Artes, e, portanto, a Câmara Municipal desde logo, se disponibilizou para permitir que o Festival se realizasse e nas melhores condições possíveis.

Quero concluir relativamente também à questão dos animais, que é uma questão muito breve. O ano passado iniciamos o processo para a criação de uma provedoria e um provedor do animal, que está a finalizar o seu trabalho, onde foram auscultadas todas as entidades que participam, desde as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal, a PSP, a GNR, obviamente o Serviço Veterinário Municipal e a Autoridade Veterinária Municipal, mas também todas as Associações municipais, e isso é uma questão para nós muito importante, não só para definir os termos desta provedoria do animal, mas também para criar um regulamento de bem estar e proteção animal, que estará concluído muito em breve e que poderemos apresentar muito brevemente.

Foi feito também um levantamento de uma série de explorações de animais de criação, e que tudo isso precisa de ser regularizado e fiscalizado.”

6.3.3 – No debate, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Artur Alfama (BE), João Galdes (CDU), Henrique Margarido (PS), José Rocha (BE), José Lourenço (CDU), Ivan Gonçalves (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), José Ricardo Martins (PS), Carlos Guedes (Ind) e António Salgueiro (PSD) e ainda para prestar esclarecimentos a Senhora Presidente da Câmara Municipal e os/as Senhores/as Vereadores/as João Couvaneiro, Teodolinda Silveira e Miguel Salvado;

6.3.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais:

As questões que aqui trazemos, são questões que em parte não são novas, são questões que nos preocupam, estão relacionadas com as contas da Câmara Municipal de Almada, e estão vertidas na Certificação Legal de Contas. Uma delas é relacionada com a CostaPolis. Sabemos a situação em que se encontra este processo, a indicação que temos, é que existe uma imparidade potencial do investimento que ascende a 28,4 milhões de euros, logicamente estamos a falar de uma perda patrimonial, não incorporará nenhum exfluxo financeiro, de tesouraria. No entanto, é referido também na reserva dos auditores, que existirão eventualmente provisões para riscos e encargos que poderão não estar a ser refletidas. É sobre esta parte, não só sobre a primeira que nos preocupa obviamente que sim, mas sobre esta segunda preocupa-nos particularmente, na medida em que não é dado uma possível quantificação do que é que estará em causa e, pela leitura que faço também os auditores não a conseguiram fazer. Logicamente isto foi uma limitação ao âmbito do trabalho dos auditores, não sei que esforços terão sido feitos na altura para a ultrapassar, nomeadamente através da área jurídica, que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

poderia eventualmente ter sido feito algum tipo de divulgação nas contas, que evitasse a inclusão desta reserva, porque logicamente ter reservas nas contas nunca é positivo. Mas, gostava de saber aquilo que a Senhora Presidente de Câmara nos pudesse adiantar sobre este assunto.

Depois, outra questão é relacionada com o protocolo celebrado no âmbito da concessão do Metro Sul do Tejo, e segundo o qual também existe aqui um desacordo que não permitiu também aos auditores indicar o possível impacto nas contas, que esta situação pudesse originar. Estamos mais uma vez numa situação de uma limitação de âmbito em que não sabemos o risco financeiro e aqui, não será patrimonial, será mesmo de um exfluxo de tesouraria, gostaríamos também de ter mais alguma informação e tal como na primeira reserva, até que ponto é que não teria sido possível ultrapassar isto com uma divulgação adequada, nomeadamente, com a colaboração do departamento jurídico.

Outra questão que também já há alguns anos trazemos aqui, é, no fundo, relacionada com o sistema de relato financeiro. A Câmara Municipal de Almada, como muitas, não é exclusivo da Câmara Municipal de Almada, continua a usar o POCAL, quando é que o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística Administração Pública, vai ser introduzido, as empresas cotadas em bolsa já usam há quinze anos, as empresas privadas, o setor privado já há dez anos que usam, SNC, a Administração Pública, as Autarquias Locais em particular a Câmara Municipal de Almada continua com um sistema normativo que está completamente ultrapassado, que já foi derogado e também gostaria de saber, quando é que poderemos ter um sistema mais transparente e com os benefícios que o SNC-AP trará.”

6.3.3.2 - O Senhor Deputado João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar conta da posição da CDU relativamente ao Relatório e Contas da ECALMA.

A principal constatação que o Grupo Municipal da CDU retira dos documentos relativos à prestação de contas da ECALMA, prende-se com o facto deste plano de atividades e orçamento não ter sido, em grande medida, devidamente executado, consequência da não aprovação em 2018 do Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação de Almada, base natural das orientações a transmitir à empresa para construção do seu plano de atividades e orçamento.

Salientamos, fruto daquela realidade, que vários objetivos do plano de atividades e orçamento inicial da ECALMA não foram sequer implementados, e outros tiveram que ser revertidos por falta de suporte regulamentar adequado (como o estacionamento tarifado ao longo de todo o ano na Costa de Caparica, naturalmente não previsto em qualquer regulamento em vigor).

Por outro lado, os elementos de informação que nos são fornecidos pelos documentos que estamos a discutir e iremos votar – e são estes documentos que estamos a apreciar e iremos votar e não quaisquer outros, não integram nenhuma referência a obras de beneficiação de instalações destinadas aos trabalhadores ou melhoria das condições de trabalho no exercício de 2018, contrastando de forma flagrante com aquilo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção inicial de apresentação do documento, nos transmitiu há momentos.

Reportando-nos à introdução ao documento “Relatório & Contas 2018”, onde são realçados os aspetos essenciais da intervenção da Empresa, podemos perceber que para o Conselho de Administração da ECALMA o importante foram as seguintes atividades (referem-se por ordem de inclusão no documento):

- a. O “visto tácito” do Tribunal de Contas ao contrato-programa;
- b. A adenda àquele contrato-programa aprovada em finais de 2018;
- c. O pressuposto – que já vimos errado – de que o Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação de Almada seria aprovado até meados do ano de 2018, razão pela qual diversos objetivos da empresa ficaram por cumprir, especialmente na Costa da Caparica como refere o próprio documento;



- d. A publicação (no portal das compras públicas) do processo de aquisição de 15 parquímetros (que o documento, mais adiante, refere que se iniciou em 2015);
- e. A publicação, em junho de 2018 e na mesma plataforma, do procedimento para aquisição de cinco motociclos com mala e respetivos capacetes modelares;
- f. O lançamento do procedimento de modernização da imagem da empresa, construção do novo site e desenho técnico de novos cartazes publicitários e sinalética;
- g. O desenvolvimento da estratégia de sensibilização dos utentes da via pública para as questões do cumprimento das normas de estacionamento. Mesmo assim, a execução orçamental nas rubricas referentes a multas e coimas ultrapassou de forma expressiva os montantes de receita inicialmente previstos, facto que indicia alguma dificuldade em fazer passar a mensagem. Não obstante, a melhoria relativa ao ano anterior que sem dúvida os números que nos são fornecidos evidenciam;
- h. A introdução de avenças diurnas no Parque de Estacionamento da Av. D. Afonso Henriques, que assim privilegia o estacionamento de longa duração em prejuízo da ideia original que era assegurar uma alta rotatividade para utentes do comércio local;
- i. A utilização do posto de atendimento da Junta de Freguesia da Costa da Caparica para elaboração dos cartões de residentes naquela cidade, ação que posteriormente foi deslocada para o Posto de Turismo da Costa da Caparica;
- j. O início das atividades sazonais na Costa da Caparica; depreendemos que também o fim dessas atividades;
- k. A utilização de um espaço cedido pela Câmara Municipal de Almada para os agentes de fiscalização afetos às atividades sazonais;
- l. O aumento (experimental) do número de lugares reservados a residentes na Costa da Caparica, e a permissão de estacionamento nos lugares tarifados em toda a cidade, exceto na Av. Gen. Humberto Delgado, aos residentes portadores do respetivo cartão;
- m. A entrada em funcionamento do sistema de pagamento eletrónico “Via Verde”.

É isto, rigorosamente, o que nos é referido na introdução do documento, e nada mais é adiantado no seu corpo. Quanto a obras de requalificação e adaptação de instalações destinadas a trabalhadores, nem uma única palavra.

Concluimos, por isso, que ou o discurso que o Sr. Vice-Presidente aqui nosso trouxe no início deste debate chegou de uma qualquer dimensão fantástica e ficcional, ou o Conselho de Administração da ECALMA, do qual faz parte a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada na qualidade de vogal, não entende como importante e essencial incluir no texto do relatório essa informação sobre as condições de trabalho, contrastando flagrantemente com aquilo que o Vice-Presidente da Câmara Municipal entende afinal como componente essencial da atividade desenvolvida.

Nestas condições, e como são os documentos que foram distribuídos que vamos votar, o Grupo Municipal da CDU irá votar contra a proposta que nos é apresentada pela Câmara Municipal de Almada.”

6.3.3.3 - O Senhor Deputado Henrique Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório e Contas é um dos documentos nobres de qualquer Autarquia. Em referência ao Relatório e Contas do Ano de 2018.

Na rubrica Planeamento Estratégico e Gestão do Território: foi assegurada a elaboração de serviço referente à avaliação de repercussão do POC-ACE nos PMOT, incluindo o PDM. Foi, neste âmbito, produzido um conjunto de peças destinadas a ilustrar a documentação de suporte às reuniões realizadas com o Ministro do Ambiente e da Transição Energética e com a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Natureza, no sentido de aprovação e implementação do referido programa Territorial; Preparação de apresentação síntese com os aspetos/implicações do POC-ACE no território municipal.

Promover a revitalização da Romeira: Através de um grupo de trabalho para a elaboração de programa de Regeneração e Fixação de Atividades da Caramujo/Romeira. Acompanhamento do Projeto para uma Residência Sénior para o Cova da Piedade. Foi analisado um projeto de reabilitação de 5 antigos armazéns para instalação de um espaço de comércio, restauração e valências lúdicas. Promover a regularização das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI). Foram efetuadas reuniões de trabalho com diversas Comissões de Administração de AUGI, Acompanhamento Técnico, Fiscalização das obras de infraestrutura. Foi realizada uma vistoria para efeitos de receção das infraestruturas da AUGI da Quinta do Gil e Alexandrino. Foi elaborado um ponto de situação de todos os processos de AUGI, concluindo-se que estão atualmente em curso 54 processos de reconversão.

Foram tomadas iniciativas no âmbito da intervenção nas infraestruturas existentes de serviço às áreas de reconversão: elaborada uma estimativa de custo de execução de infraestruturas definitivas de todos os núcleos de lotes destacados e ainda não totalmente infraestruturados. Foi elaborada uma estimativa de custos de execução de infraestruturas definitivas de todas as AUGI, s ainda não concluídas, onde é necessário executar infraestruturas. Iniciou-se o estudo das operações de loteamento com alvarás emitidos, mas sem infraestruturas executadas, cuja responsabilidade é do Município. Procedeu-se ao início do estudo referente à elaboração de um regulamento Municipal que estabeleça normas de procedimento e de apreciação. Foi elaborada uma proposta, a incorporar no regulamento das AUGI, sobre a forma de cálculo do valor das compensações urbanísticas, nos casos em que não seja possível concretizar a cedência de terrenos devida.

Foi realizada a publicitação do início do procedimento de forma a permitir a constituição de interessados na apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Mais do que publicitar é fazer, e a Câmara faz.”

6.3.3.4 - O Senhor Deputado José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos aqui dar nota do posicionamento do Bloco de Esquerda em relação a estas propostas e começarei pela ECALMA. Não é novidade que o futuro da ECALMA é uma enorme preocupação para o Bloco de Esquerda. Não tendo ainda, durante o ano de 2018 o novo regulamento, a ECALMA continua com os problemas que já tinha com a agravante de ter um enorme aumento de cobrança de coimas. Maior do que estaria até previsto. Ora, este não é um caminho para resolver os problemas de mobilidade e de estacionamento no Concelho. É preciso uma estratégia clara, que sirva a população. O Bloco de Esquerda continuará a acompanhar o desenvolvimento desta empresa municipal com enorme atenção. Iremos abster-nos nesta proposta.

Em relação ao Relatório de Conta de Gerência dos SMAS, sendo certo que a água e os serviços dos SMAS são conhecidos por todos com uma enorme qualidade, apesar disso, neste Relatório, podemos identificar uma fraca execução e ainda um problema de renovação de infraestruturas de águas e saneamento. A rede de águas está velha e precisa de uma intervenção grande e urgente. Iremos abster-nos.

Em relação ao Relatório de Contas e Gerência da Câmara Municipal de Almada, o Bloco de Esquerda votou contra o Orçamento de 2019, por discordar de algumas das opções do Executivo PS, PSD, e por considerar que faltam respostas para os principais problemas do Concelho. A fraca execução e a falta de investimento, bem como o não cumprimento de programas importantes para a Cidade como o Orçamento Participativo, as dúvidas permanecem em áreas tão importantes como os transportes e habitação, mostram o caminho que foi escolhido por este Executivo e a visão que tem para a cidade, apesar da existência de várias urgências sociais e políticas, que continuam sem resposta. Iremos votar contra.”

6.3.3.5 - O Senhor Deputado José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Há precisamente um ano, esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o Relatório e Contas da CMA de 2017, após a sua aprovação, também por unanimidade, pelos eleitos na atual Câmara Municipal, do PSD ao PS, da CDU ao Bloco de Esquerda.

Apesar de tudo o que tinham dito em campanha eleitoral e nos primeiros meses do seu mandato, PS e PSD, com este seu voto, exprimiam a sua concordância com o trabalho que a CDU tinha executado.

Havia, pois que continuá-lo, pensámos e pensamos nós. Mas não. Ganhas as eleições autárquicas em Almada pelo PS e chegados à Câmara Municipal, imediatamente entraram numa deriva contra tudo o que vinha sendo feito antes e contra todos aqueles que através do seu trabalho abnegado tinham contribuído para transformar Almada num dos concelhos mais desenvolvidos do nosso país.

Hoje estamos aqui para apreciar o relatório e contas de 2018, o qual dividiu a Câmara Municipal, com o atual executivo PS e PSD a votá-lo favoravelmente e com os Vereadores da CDU e do Bloco de Esquerda a votarem contra este relatório e contas.

Da leitura dos chamados grandes números do relatório e contas da CMA em 2018, o que ressalta fundamentalmente, é que a CMA aumentou as suas receitas em cerca de 9,2 milhões de euros e baixou as suas despesas em cerca de 8,8 milhões de euros.

Ora quando as receitas sobem e as despesas baixam naturalmente o saldo do exercício tem de melhorar. O problema surge quando descemos dos grandes para os pequenos números e procuramos as justificações para as subidas das receitas e a descidas das despesas e nos questionamos.

1. Porque é que aumentaram as receitas da CMA?

2. Porque é que baixaram as despesas da CMA?

A resposta a estas perguntas, permite perceber os resultados obtidos e para os mais distraídos, compreenderem melhor as faixas que a CDU colocou por todo o Concelho de Almada no final do ano passado. "Um ano de retrocesso com o PS na Câmara Municipal de Almada".

Ora vejamos, do lado das receitas estas aumentaram porque a receita fiscal subiu, resultado da subida em 4,8 milhões de euros do imposto sobre transmissão de imóveis, da subida das receitas de IMI (1,2 milhões de euros), que beneficiou do incumprimento por parte do PS para com os munícipes do concelho, da promessa de descida do IMI, que em campanha eleitoral e em anos anteriores sempre prometeu, e ainda da subida das receitas da Derrama. A subida das receitas correntes do Município, beneficiou ainda de uma habilidade deste executivo quando da apresentação das contas de 2017, contas essas que espelhavam o último ano do executivo CDU.

Parte da receita proveniente da prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos de 2017, efetuada pelo SMAS (receita correspondente a 6 meses de 2017) só foi transferida para a Câmara Municipal em 2018 - estima-se que o valor dessa retenção tenha sido de perto de três milhões de euros.

Com a retenção desta receita efetuada pelo atual executivo, pioraram-se os resultados da Câmara Municipal, o que deu jeito na apresentação das Contas de 2017, e melhoraram-se as contas referentes a 2018, com receita arrecadada em 2017, o que dá jeito agora na apresentação das contas de 2018.

Se, como se viu, do lado das receitas a Câmara beneficiou da boa conjuntura económica, do não cumprimento da promessa de redução da taxa do IMI e de um malabarismo nas Contas de 2017 da Câmara Municipal e dos SMAS, já do lado das despesas a sua redução resultou da incapacidade do executivo do PS, em fazer cumprir o orçamento que construiu e fez aprovar para 2018, quando no início do ano a maioria votou favoravelmente, o Orçamento e Plano de Atividades para o ano de 2018.

Isto é sem dúvida muito importante, o Plano de Atividades e Orçamento aprovado para 2018, foi aquele que o PS quis aprovar, e não foi resultado de nenhuma imposição.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esse Plano de 2018 só compromete o PS que o aprovou e compromete o PSD coligado com o PS, e as outras forças políticas que o votaram na Assembleia Municipal. E se não o executaram foi porque no decorrer do ano assim o decidiram.

Em muitos casos os projetos estavam feitos e as obras prontas a serem lançadas, só que o PS decidiu adiar obras e deitar fora projetos, mesmo depois de os ter incluído no seu Plano de Atividades e Orçamento e com isso perderam os munícipes e o concelho. Quem hoje frequenta os equipamentos desportivos do nosso concelho sabe muito bem que temos razão naquilo que afirmamos.

Este executivo aprovou no início de 2018, despesas de investimento para este ano de cerca de 20 milhões de euros. Ao longo do ano através de duas revisões orçamentais, uma alteração ao orçamento da receita e 12 alterações ao orçamento da despesa, reconhecendo a sua incapacidade de execução foi reduzindo as suas intenções de investimento, terminando o ano com uma intenção de investimento de 17,3 milhões de euros (cerca de 2,7 milhões de euros a menos do que o orçamento inicial).

Se as intenções de investimento eram essas a execução foi miserável, pois as despesas de investimento em 2018 foram de apenas 9,2 milhões de euros, ou seja, este executivo PS executou apenas 45,5% do que tinha previsto no seu orçamento inicial.

Para termos uma ideia mais aproximada de quão baixo foi o nível de investimento efetuado em 2018 pelo PS em Almada, vale a pena referir que em 2017, o investimento efetuado pela CDU foi de 17,1 milhões de euros e de que o investimento médio anual nos três últimos mandatos, 12 anos, ou seja desde 2006, foi no nosso concelho de 16,5 milhões de euros. Dados do Anuário Financeiro dos Municípios.

Não há memória de um ano em que se tenha investido tão pouco no nosso concelho, nem nos anos de chumbo de 2011, 2012, 2013 e 2014, em que fomos governados no país pelo PSD/CDS e subjugados pela Troika, como neste primeiro ano de governo PS em Almada.

E vale a pena lembrar ainda que a quase totalidade deste investimento realizado em 2018, é fruto de processos, projetos e empreitadas lançadas pela CDU até 2017, cujo prazo de execução e pagamento se prolongou por 2018.

São disso exemplos mais significativos, as empreitadas da Escola na Charneca de Caparica, que a Senhora Presidente de Câmara inaugurou há muito pouco tempo, lançada pela CDU, em que se pagaram 1,5 milhões de euros em 2018, da requalificação da Escola Básica nº 1 do Laranjeiro, em que se pagaram 723 mil euros, dos programas de beneficiação, conservação e manutenção de arruamentos, em que se pagaram 356 mil euros, do programa de valorização de mercados municipais, em que se pagaram 123 mil euros, da obra do Chalé Ribeiro Teles, que a Senhora Presidente de Câmara conhece muito bem, em que se pagaram 426 mil euros, da obra do Parque Jardim Urbano do Pragal e muito mais.

Não constitui uma leitura abusiva dos resultados operacionais obtidos em 2018 pelo PS na Câmara de Almada, a afirmação de que eles cresceram na proporção direta daquilo que foi a diminuição do investimento concretizado por esta Câmara Municipal: basta verificar que a melhoria registada nos resultados do exercício (+8,8 milhões de euros) corresponde quase integralmente à queda registada no investimento entre 2017 e 2018 (-8 milhões de euros).

E também não deixa de ser um indicador da péssima qualidade da gestão deste executivo PS em 2018, o facto de ao mesmo tempo que cortava a eito nos subsídios às coletividades - e aqui vale a pena dizer que sendo todas importantes, as coletividades são uma coisa, as Associações Humanitárias de Bombeiros são outra e a Misericórdia de Almada é outra, e a não desagregação dos apoios permite ocultar essa realidade que as coletividades sentiram na pele - não faltaram ao atual executivo as verbas necessárias para até ao final de 2018 terem pago de indemnizações às chefias que afastaram, com a alteração à estrutura orgânica a da Câmara Municipal, perto de 237 mil euros.

Por fim, não deixa também de ser sinal evidente da má gestão que Almada hoje tem e que os resultados não permitem esconder, que apesar desses mesmos resultados o município depois de durante vários anos ter vindo



a reduzir continuamente o prazo médio de pagamento aos seus fornecedores, em 2018 com o PS na Câmara esse prazo tenha passado no final do ano para 18 dias, um agravamento de 6 dias comparativamente com o final de 2017, que era de 12 dias.

Em conclusão foi a forte deterioração da qualidade dos serviços prestados pelo Município de Almada aos nossos munícipes, que pagou os resultados obtidos em 2018.

Tudo isto é ainda bem visível, no estado lamentável em que permanece a frota da recolha de resíduos sólidos urbanos (grande parte dela parada em 2018 por falta de peças que não foram adquiridas) e no estado em que se encontram muitos dos equipamentos municipais culturais e desportivos.

O slogan que este executivo, pouco tempo depois de tomar posse, decidiu colocar na chamada rotunda do Centro-Sul em Almada "Beba Água de Almada. Beba Água de Qualidade", deitando fora o slogan que lá permaneceu durante muitos anos "Almada, Município de Abril" é bem elucidativo dos princípios que o norteiam e que neste mês de Abril que ainda dura vale sempre a pena lembrar.

Almada e os almadenses merecem na verdade muito mais, nunca nos cansaremos de o afirmar e de lutar por isso."

6.3.3.6 - O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU em Almada está a tornar-se useira e vezeira em fazer aquilo que apelidamos de desinformação. É que nós podemos ter a opiniões que quisermos, é legítimo transmiti-las, e não falo apenas daquelas questões que a CDU em Almada gosta de dizer que não haverá Caparica Surf Fest, e coisas por aí em diante, porque essas cobrem, a quem as profere, de ridículo. Mas, há questões concretas, que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, disse na sua intervenção ou que refere na sua intervenção, como seja ao facto que no programa do Partido Socialista em Almada estar proposto uma baixa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, são falsas. Aliás, desafiamos o Senhor Deputado Municipal, a dizer em que parte do programa do Partido Socialista para as últimas eleições autárquicas de 2017, é que é referida uma baixa do IMI. É referida a criação do IMI familiar, que já cumprido e que me recorde até foi com o voto contra da bancada da CDU. E, portanto, as opiniões são todas legítimas, o que não é legítimo é que o Senhor Deputado Municipal venha para esta casa mentir sucessivamente sobre a mesma questão, desculpe, mas isso nós não podemos aceitar, e eu já lhe disse, se eu estiver errado, então demonstre-me em que ponto do programa eleitoral do Partido Socialista em 2017, é que está referida uma baixa do IMI."

6.3.3.7 - O Senhor Deputado António Pedro Maco (CDS-PP):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatórios e Contas apresentados, por norma, são o espelho das opções de cada Executivo, baseado nos recursos e orçamentos disponíveis em cada autarquia. As opções de cada um, espelham e refletem as oportunidades e as prioridades da gestão de cada Município.

Apesar de um quadro aparentemente favorável, se comparando com a maior parte das autarquias, é fundamental, que analisados os recursos para os setores mais em falta e com mais carência. Almada não será exceção, esperando-se que a grande fatia da despesa, recaia nas mais elementares necessidades, sobre as mais elementares necessidades dos almadenses. Assim, as receitas e as despesas, devem ser as mais equilibradas possível, tendo em conta que a balança financeira que dita o sucesso ou insolvência da tesouraria. Nas receitas, os impostos, têm grosso modo, um papel principal no arrecadar de receita para um Município. Receita essa, que será redistribuída consoante as necessidades ou ainda na capacidade que o Município tem para criar mais ativos e para fazer mais investimento que tragam o bem aos almadenses e mais receitas para a autarquia.

A grande fatia desta rubrica, centra-se nos impostos diretos e indiretos, recaem sobre os cidadãos, o que definem as políticas de contabilidade e tributárias. O IMI, a Derrama, o IMT, só no que diz respeito à tributação, os principais impostos que fazem acumular as receitas das autarquias. Perante este facto, e com o aumento das



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

receitas, fruto de mais gente a pagar impostos, a gestão deve ser ambiciosa, mas ao mesmo tempo responsável. Assim se definem parâmetros prioritários de investimento ao mesmo tempo que se suprimem necessidades.

No documento que está em apreciação e o CDS-PP já teve a oportunidade de na 1ª Comissão, questionar a Senhora Presidente de Câmara relativamente a algumas das questões, quer às contas da Câmara Municipal, quer aos SMAS, mas no documento que estamos a apreciar, observa-se o aumento do saldo de gerência. Facto esse, que é salutar. Ainda por mais, tendo em conta as eleições autárquicas em outubro, o orçamento disponível foi mais tardio do que o costume, transitando algumas opções e prioridades do anterior Executivo.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara Municipal.

O ano de 2019 quer-se um ano de investimento em Almada, um ano de transformações profundas, daquela que tem sido Almada estagnada no tempo, comparativamente a outros Concelhos com características semelhantes.

O investimento sobretudo no turismo, aproveitando os privilegiados recursos naturais, tal como os potenciais e mais valias para a criação do desenvolvimento económico e sustentável, criador de emprego, deve ser uma prioridade. Almada só pode ser a primeira escolha, se for competitiva e em complementaridade o que aí advém das políticas de investimento sólido, com parceiros estratégicos, que possam criar impacto financeiro para o desenvolvimento da autarquia.

O investimento no social, a ajuda às famílias com dificuldades, e o apoio aos idosos e às crianças, a educação e a saúde, ainda por mais com novas competências que serão atribuídas às autarquias, devem ser prioritárias. Sem investimento não há retorno, sem investimento não há futuro, sem investimento as oportunidades de crescimento, acabam por ser responsáveis pelo abandono e pelo envelhecimento das cidades.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, o CDS-PP, tendo em conta o equilíbrio orçamental e o aumento do saldo de gerência positivo, votará favoravelmente este relatório. Contudo, desafia e deixa para que de futuro, as propostas de investimento mais atrativo, mais valias e oportunidades para o Concelho, é necessário para melhorar a qualidade de vida dos almadenses.”

6.3.3.8 - O Senhor Deputado José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É de facto inadmissível, que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, mais uma vez, venha aqui acusando o Partido Socialista em coisas que realmente não estão, nem fizeram parte do programa eleitoral do Partido Socialista.

Deixe-me dizer-lhe, Senhor Deputado Municipal, fico triste com a sua intervenção, quando o Senhor como Deputado da Nação como já o foi, vem incendiar (desculpem-me o termo) o palheiro. Porque realmente, o Senhor Deputado Municipal viu os números à sua maneira. Não viu os números que realmente devia ver. E deixe-me dizer-lhe também outra coisa. É que realmente o Senhor Deputado Municipal não vem aqui dar lições de Abril a ninguém, pelo menos a mim não mas dá, a mim não mas dá. A estratégia do Partido Socialista, e desta Câmara Municipal do Partido Socialista, diz respeito a todos os almadenses. Nós mudamos a estratégia? Sim mudamos. Se fosse para continuar tudo na mesma, o povo almadense não escolhia o Partido Socialista para governar esta Câmara Municipal. Eu podia esgrimir aqui uma data de argumentos consigo, o Senhor Deputado Municipal viu aquilo que quis ver, não viu aquilo que realmente está espelhado neste Relatório de Contas.”

6.3.3.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal do PAN, Artur Alfama, e tem toda a razão de as colocar relativamente à CostaPolis e ao protocolo do Metro Transportes do Sul.

Relativamente à CostaPolis, a questão que se coloca neste momento, e que estamos justamente a ver inclusivamente, com não só as Finanças, mas também com a Secretária de Estado do Ordenamento do Território, é que o novo POOC AC, vem alterar todo o valor dos terrenos que ali estavam em frente. Nomeadamente e



muito concretamente, o lote do Hotel. E, portanto, neste momento o que nós estamos a ver e a tentar perceber justamente com a CostaPolis, por um lado é estas eventuais imparidades que nos preocupam mais do que a qualquer outra pessoa, mas sobretudo aquilo que eram as previsões, em termos de passagem de património para o Município, podem já não se afigurar sequer ter valor, devido às novas exigências do POOC. Por isso é que foi muito, e de facto não referimos na nossa breve apresentação das atividades, mas foi um trabalho intenso deste acompanhamento do novo POOC, também foi tão intensa a negociação. Mas, relativamente e muito precisamente, à questão do lote do Hotel, isso vai-nos obrigar a fazer uma nova reavaliação, e é isso que nós vamos fazer agora com a CostaPolis, de tudo o que é ou não é património que poderá vir a nós ou não, e a cobrir ou não cobrir, eventuais imparidades que nos preocupam.

Relativamente à questão do Metro Sul do Tejo, aliás, os Vereadores da CDU fizeram uma pergunta há tempos, há uma questão de discordância total. Da nossa parte a dívida do Metro Sul do Tejo termina este ano, terminou essencialmente o ano passado, havendo um pequeno montante apenas este ano, mas a certa altura, as Finanças decidiram fazer outra leitura. Nós fomos confrontados com isso, a meio do ano passado, e se essa questão continua por resolver, é que desde então temos estado sucessivamente a pedir às Finanças que nos esclareçam, e que clarifiquem essa situação, uma situação que aliás, também já se reproduziu no Seixal, e, portanto, eu falei com o meu colega do Seixal, que disse que, da parte deles, também era claro a interpretação que as Finanças estava a fazer era errada, de tal maneira que nós este ano não incluímos sequer isso no nosso orçamento, porque para nós não faz nenhum tipo de sentido. Que é uma interpretação, caso tivesse havido um empréstimo do BEI, que era uma suposição, o orçamento poderia ter sido outro. Como nada disso se verificou, não consta. Mas é verdade, que os auditores continuam a dizer “cuidado, porque há talvez aqui uma imparidade”. Portanto, estamos bem conscientes.

Relativamente ao SNC –AP, como sabe, o prazo tem vindo a ser sucessivamente adiado, mas pior do que o prazo ser sucessivamente adiado, as próprias definições de regras, ao nível da DGAL, também ainda não nos chegaram. Portanto, os serviços estão prontos, nós temos estado a avançar o máximo que podemos, enquanto não nos disserem as regras totais do que querem, não conseguimos começar a implementar. É só isso, mas de resto o trabalho está a ser feito e não posso não concordar consigo, de quanto mais depressa melhor para a implementação deste sistema.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal João Geraldês, eu peço desculpa, eu não vou responder a tudo. Aliás, foi dito por duas vezes, que as coimas tinham aumentado, a receita das coimas. Portanto, página dez do Relatório da ECALMA, e então o que diz é: comparativamente com o ano de 2017, o rendimento obtido no corrente ano, registou um desvio negativo, negativo, de 170.698.00€ (cento e setenta mil seiscentos e noventa e oito euros), significando uma variação de 33%. Os Senhores podem continuar a dizer que, afinal tivemos mais multas do que o ano passado, vejam a página dez, 5º parágrafo, mas posso voltar a ler. Agora, de facto, nós temos dificuldade em responder quando continuam a dizer, que nós cortamos a oito os apoios às coletividades e ao associativismo, é falso. É falso. E, portanto, parem de assustar as pessoas. Parem. Não vale tudo de facto em política. Não vale tudo, Senhores Deputados Municipais.

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu agradeço a confiança que o Senhor Deputado Municipal tem no nosso Executivo, eu também tenho, mas se num ano e meio, já tivéssemos feito os projetos, lançados os concursos, para lançar uma obra e num ano e meio tivéssemos feito um edifício como o Chalé, bom eu adorava essa eficácia, mas em contrapartida, durante este ano o que fizemos, foi de facto todas as grandes empreitadas, as tais que o Senhor Deputado Municipal citou e bem, do “Almada Pavimenta”, fizemos todo esse processo, com as novas empreitadas, imagine-se, nalgumas a CDU poucas, votou a favor e nas outras em grande maioria votou contra. Portanto, vir-nos falar das grandes empreitadas tipo “Almada Pavimenta”, Senhor Deputado Municipal, pergunte aos Senhores Vereadores o que andaram a fazer?

Por fim, a questão do cartaz, já cá faltava. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, para ser sucinta, posso dizer, os cartazes são muito bonitos, mas o 25 de Abril vive-se todos os dias. E deixe-me dizer, há aqueles que celebram no próprio dia com a solenidade devida, as instituições democráticas que o 25 de Abril trouxe. Há os outros que à mesma hora, estão na rua a fazer campanha eleitoral, como foi o caso dos Senhores Vereadores



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da CDU, que faltaram à Sessão Solene da Assembleia Municipal. Cada um sabe de si. Nós celebramos o 25 de Abril e as instituições democráticas, os outros aproveitam para fazer campanha. À consciência de cada um.”

6.3.3.10 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para uma intervenção muito breve. Falar com o Senhor Deputado Municipal José Lourenço.

Eu não tenho visto o Senhor Deputado Municipal José Lourenço em Vale Figueira. Portanto, acho que está a ter informadores errados. Quando vem aqui dizer, espantem-se “a frota está velha”. Ninguém sabia? Ninguém sabia que a frota estava velha? Eu logo que lá cheguei vi, está velha, estava velha e vai continuar velha. E, portanto, nós temos que resolver o problema. Quanto às suas afirmações, eu convido-o e estou a ser franca e sincera, a ir visitar Vale Figueira, falar com os trabalhadores, com as chefias, com quem quiser e todos lhe dirão que é assim, ou está parada a viatura, ou não há peças para a viatura, ou o arranjo economicamente inviável. E, por isso mesmo, nós tivemos que recorrer à compra de duas viaturas que são usadas, mas que têm garantia de novas, respondo à sua pergunta, são usadas. E vou-lhe explicar porque é que são usadas, porque estiveram em feiras, e nunca recolheram um único contentor de resíduos. São novas nessa acessão, andaram de feira em feira e fizeram oito mil quilómetros. Não se chama usada na verdadeira aceção da palavra, a uma viatura dessas. Além disso, custou um preço bastante abaixo daquilo que custaria uma nova e que não a podíamos comprar, porque as oito que temos ainda andam a voar no Tribunal de Contas. E, portanto, quem sabe disto, não pode vir aqui fazer as afirmações que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço faz. Mas, eu ainda estou convencida, que o Senhor Deputado Municipal está mal informado, e que essas coisas que lhe dizem, se calhar acha que são verdade, que nós deixamos acabar as peças, que nos esquecemos de comprar peças, e as outras coisas todas que para aí ouço. Portanto, eu convido-o muito francamente em ir ter comigo a Vale Figueira, a visitarmos todos os serviços, todos, o Senhor Deputado Municipal e qualquer eleito da CDU que queira. Aliás já lá estive, por outros motivos, a 5ª Comissão, também posso recebê-los e vamos-lhes explicar e não vou ser eu, vão ser os trabalhadores de Vale Figueira, que estão com o problema e que vão para lá de noite tentar arranjar e pôr arames nas viaturas que não se aguentam, que lhe vão responder qual é a situação. Portanto, acho que seria no mínimo de bom tom, seria pelo menos de bom tom, que sabendo o estado em que a frota ficou, eu não estou a acusar nada, é o Senhor Deputado Municipal que vem aqui puxar-me pela língua, peço-lhe muita desculpa, estava aqui caladinha e não disse nada disso. Agora, perante uma afirmação dessas eu acho espantoso, que alguém venha aqui fazer uma acusação, de algo que sabe o estado em que está, e mais, o estado em que a deixou.”

6.3.3.11 - O Senhor Deputado João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sinceramente, nós contávamos que fosse o Senhor Vice-Presidente a responder-nos relativamente à ECALMA e explicar qual foi o documento que ele aqui ele apresentou, uma vez que não tem a ver com o documento que foi distribuído. Afinal, foi a Senhora Presidente de Câmara, que no início não interveio porque faz parte do Conselho de Administração da ECALMA, mas que agora respondeu a uma questão concreta. Mas respondeu mal Senhora Presidente, peço desculpa, talvez porque não tenha ouvido aquilo que eu disse. Mas eu vou ler de novo, vou ler com calma para a Senhora Presidente perceber aquilo que a gente diz. Eu disse assim: “O desenvolvimento da estratégia de sensibilização dos utentes da via pública, para as questões do cumprimento das normas de estacionamento, mesmo assim, a execução orçamental nas rubricas referentes às multas e coimas, ultrapassou de forma expressiva os montantes de receita inicialmente previstos, facto que indicia alguma dificuldade em fazer passar a mensagem”, e conclui: “não obstante, a melhoria relativa ao ano anterior, que os números que nos são fornecidos, evidenciam”. Foi isto rigorosamente que eu disse e que eu li. Senhora Presidente de Câmara, provavelmente não estava atenta e não ouviu, mas foi isto que eu disse, eu não falei em aumentos de coimas relativamente a 2017.”

6.3.3.12 – O Senhor Vereador João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Só para dizer com toda a clareza, as alterações que foram feitas nas instalações da ECALMA, dependem menos dos valores do que da vontade. E, portanto, aquilo que se verificou na atual Administração da ECALMA e do atual Executivo Municipal, foi um compromisso com os interesses e os direitos dos trabalhadores, que se traduz em cerca de 10.000.00€ (dez mil euros) espalhados em diversas rubricas, mas quero dizer e sublinhar, mais do que uma questão de valores, é uma questão de vontade.”

6.3.3.13 - O Senhor Deputado José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou ser muito rápido e vou repetir o parágrafo que disse há pouco a propósito da questão do IMI. Eu disse: “Ora vejamos, do lado das receitas estas aumentaram porque a receita fiscal subiu, resultado da subida em 4,8 milhões de euros do imposto sobre transmissão de imóveis, da subida de receitas do IMI, 1,2 milhões de euros, que beneficiou do incumprimento por parte do PS para com os municípios do Concelho, da promessa de descida do IMI, que em campanha eleitoral e em anos anteriores sempre prometeu”. Retiremos a “campanha eleitoral” se não estava, eu tinha ideia que estava, mas os anos anteriores não servem para nada? A promessa anterior cai em campanha eleitoral ou mantém-se? Chegamos à campanha eleitoral deixamos cair? Essa é a primeira questão.

Quanto à questão da aquisição de viaturas, vamos ver se nos entendemos. Este Executivo, está em funções há dezoito meses, como é possível, que um concurso para aquisição de viaturas de recolha de resíduos sólidos, dezoito meses após a entrada em funções, não se veja o fundo ao tacho. Porque, digo-vos, passaram-se dezoito meses, mas eu não sei quantos meses vão passar mais, até que essas viaturas cheguem à Câmara Municipal. Até lá, alugam-se viaturas. Pagam-se rios de dinheiro para aluguer de viaturas, compram-se viaturas em segunda mão, mas que são novas, aquilo está novo, é em segunda mão, mas está novo. É uma pechincha. É uma pechincha, acredito.

Quanto à questão que a Senhora Presidente aqui colocou de votar contra as empreitadas. Senhora Presidente, o que a CDU fez na Câmara Municipal, e já agora podia ter dado a oportunidade aos Vereadores da CDU para clarificarem, uma vez mais, aquilo que foi clarificado na Sessão de Câmara, passou de uma Sessão para a outra que retiraram as propostas e depois levaram-nas praticamente idênticas. A CDU votou contra o processo que estava a ser seguido. A CDU tem muitas dúvidas quanto ao processo concursal que seguiu, quanto aos projetos que acompanham, e cá estaremos para ver o que vai passar. É essa a dúvida. A CDU não quer ficar associada a ilegalidades, Senhora Presidente, não quer, a CDU não quer ficar. E já várias vezes, em Sessão de Câmara, interveio e apoiou o atual Executivo, para que seguisse um caminho certo, não fosse por caminhos ínvios, porque caminhos ínvios, podem trazer problemas à Câmara Municipal. É isto, foi por isso, não é porque sejamos contra. Não é porque sejamos contra. A capacidade de execução que mostramos ao longo de todos estes anos, prova bem a importância que nós damos ao investimento municipal, prova bem. Eu volto a repetir, nos últimos doze anos, mais de 16.000.000.00€ (dezasseis milhões de euros) por ano. E já agora, a propósito de 2014, vale a pena referir, que se o Município de Almada, em 2014, investiu bem menos do que nos outros anos, aconselho-vos a ir ver o Anuário Financeiro dos Municípios e verificarem a queda que se verificou, nos 305 Municípios na sua capacidade de investimento. Em Almada baixou 18%, nos 305 Municípios baixou quase 30%. Há Municípios e posso falar de Matosinhos, posso falar de Vila Franca de Xira, posso falar de Sintra, cujo o investimento em 2014, quase caiu para metade. Portanto, 2014 foi, efetivamente, porque era o fim de um quadro comunitário, era o início de outro, e porque tínhamos a Troika. A Troika de tão má memória, foi um ano muito difícil, e foi essa a razão porque o Município nesse ano, ao contrário dos outros onze anos, baixou um bocado o seu investimento. Mas não foi exceção, aconselho-vos a ir ler o Anuário Financeiro dos Municípios de 2017. Vem lá tudo explicado.”

6.3.3.14 - O Senhor Deputado José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não quero entrar aqui em discussão de vi não vi, li não li, com o Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Eu gostava de referir uma coisa, olhe que não Senhor Deputado, eu li mesmo os documentos. E já agora queria fazer-lhe algumas perguntas. Já que o Senhor Deputado Municipal diz que leu os documentos, explique-me aqui



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

algumas coisas como se eu fosse um aprendiz. Explique-me em relação ao registo do saldo de execução orçamental de 34,8 milhões de euros, com 2,1 milhões de euros, num total de 36,9 milhões de euros, que teve uma autonomia financeira de 81,9%, e este número traduz a capacidade do Município a gerar receitas para além das transferências do Orçamento do Estado. Isto é verdade, não é Senhor Deputado Municipal? Penso que sim. Foi registado também um elevado grau de execução orçamental, que se situou nos 109% no que diz respeito à receita e 84% no que diz respeito à despesa. Também são verdade estes números, não são Senhor Deputado Municipal? Corrigiu significativamente o deficit operacional traduzido num crescimento mais acentuado de proveitos operacionais, 8%, face aos verificados nos custos operacionais, menos três. Também é verdade, não é Senhor Deputado Municipal?

Respondeu às necessidades de reposição de rendimentos dos trabalhadores, aumentou as despesas com o pessoal relativamente ao ano anterior, e ainda assim, aquém do previsto em sede de orçamento. Terminou o ano como o Senhor já disse, com pagamento a fornecedores na ordem dos dezoito dias.

Reduziu a dívida global do Município para cerca de 29,7 milhões de euros, dívida a terceiros, correspondendo a uma diminuição de 11% relativamente ao ano anterior, em linha com a tendência da redução verificada nos anos anteriores. Também é verdade isto, não é Senhor Deputado Municipal?

E já agora, para terminar, dispõe dos recursos financeiros indispensáveis para fazer face a todos os compromissos destinados a curto prazo, incluindo uma evolução positiva de resultados de exercício que crescem 8,8 milhões de euros. Isto também é verdade.

Portanto, os números, o Senhor Deputado Municipal vê-os à sua maneira, nós vemos à nossa. No final do mandato veremos quem é que tem razão.”

6.3.3.15 - O Senhor Deputado Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos aqui a discutir e vamos votar a demonstração de resultados referente a um orçamento que votamos aqui o ano passado. Um orçamento que foi votado salvo erro, em abril. Naturalmente, que era um orçamento, e foi dito na altura, que não espelhava ainda todas as intenções do atual Executivo. E importa fazer um exercício de memória. O atual Executivo resulta de uma prática democrática conquistada com o 25 de Abril, em que o povo votou e decidiu. Decidiu mudar quem governava os destinos do nosso Concelho. Mas houve mais decisões depois disso, houve dois partidos de esquerda, que decidiram não participar na solução governativa que o povo escolheu para Almada, e o Executivo decidiu aliar-se então ao PSD e à direita que se senta nesta Assembleia Municipal. Naturalmente, que esse orçamento não espelhava, já o disse, as opções totais do atual Executivo, e o resultado que obtém é reflexo disso, é um resultado que agradará mais a uns do que a outros, que agradará mais a alguns habitantes de algumas Freguesias do que a outras, mas que jamais agradará a todos e a todas, porque assim tem sido e assim tem mandado a tradição. Eu recorro, que o grupo municipal a que eu pertencia na altura, se absteve na votação do orçamento, cujos resultados estamos hoje aqui a analisar. E absteve-se dando o benefício da dúvida ao atual Executivo. Era desconhecido o que aí vinha, nunca tinha acontecido uma solução governativa como a que temos hoje em Almada, e estamos todos ainda na expectativa. A verdade é essa Senhora Presidente de Câmara, Senhores/as Vereadores/as, estamos todos ainda na expectativa. E o benefício da dúvida, no meu caso termina hoje. Termina hoje com a minha abstenção na votação dos documentos que estão em discussão e passaremos então a discutir matérias e a discutir ações, que resultam inteiramente das vossas opções assumidas em orçamento e postas em prática já no decurso deste ano. Portanto, está justificado o meu voto e força, vamos ao trabalho.”

6.3.3.16– A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a má gestão eu quero só lembrar, que em quatro anos, entre 2013 e 2017, o famoso saldo de gerência da Câmara Municipal de Almada, passou de 35.000.000.00€ (trinta e cinco milhões de euros) para 22.000.000.00€ (vinte e dois milhões de euros) Senhor Deputado Municipal José Lourenço. É só para termos a certeza que



estamos a falar das mesmas coisas. Que em quatro anos houve duas vezes saldos orçamentais negativos, na ordem dos 13.000.000.00€ (treze milhões de euros).

Quero relembrar também, que quando nós chegamos, em função de peças a fornecedores, em Vale Figueira, estavam 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros) por pagar de reparações a fornecedores.

Outra questão. Pagava-se em média em reparações, 600.000.00€ (seiscentos mil euros) em reparações de viaturas. Com 600.000.00€ (seiscentos mil euros), conseguiríamos comprar três daquelas viaturas das quais compramos só duas, porque não encontramos uma terceira.

Sabe quando é que foi a última vez que se investiu numa viatura em Vale Figueira? Foi em 2011. Há oito anos que não se investia numa viatura. E nós num ano e meio, em estado de urgência, já conseguimos duas. E se tudo correr bem, até ao final do ano, teremos as tais oito. Num ano e meio. Os Senhores conseguiram nos últimos quatro anos, lançar um concurso que correu mal. Acontece. Para oito viaturas. Olhe, lançar de novo o concurso, nós conseguimos num ano. Portanto, é uma diferença entre nós.

Portanto, volto a dizer, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, uma questão é o debate e a discordância política, sempre. Outra coisa, é estar sistematicamente a atirar uma cortina de fumo. Uma cortina de fumo, areia para os olhos das pessoas. Mas isso, não dignifica ninguém e muito menos quem o diz. Portanto, eu não lhe vou dar outros exemplos de má gestão, porque acho que temos melhores coisas para fazer do que isto, mas terei todo o gosto.

Relativamente à ECALMA, peço desculpa ter respondido, mas mesmo assim, gostaria muito de convidar os Senhores/as Deputados/as Municipais, a irem ver como é que estão as instalações da ECALMA agora e como é que os trabalhadores estão a vestir-se, e a comer agora, e olhe que a trabalhadora já não trabalha em três metros quadrados. É só um convite enquanto vogal da Administração."

6.3.3.17 - O Senhor Deputado João Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para reforçar a ideia de que a Senhora Presidente de Câmara não consegue entender aquilo que nós dizemos. Não consegue entender aquilo que nós dizemos. Eu não pus em causa que tivessem sido feitas as obras ou que tivesse sido dada a oportunidade de os trabalhadores almoçarem ou jantarem ou terem outro tipo de cobertura sobre as cabeças. Eu não pus isso em causa. O que eu disse é que isso não está no documento que nós estamos a discutir. E aquilo que está no documento que estamos a discutir, não foi falado. Essa é que é a questão. É como o meu camarada Bruno Dias está a dizer: "isso não interessa para nada". É pena que não interesse nada, porque devia interessar.

Já agora, só uma nota relativamente a esta história interessante das viaturas do lixo. A história é interessante porque o que aconteceu foi que este Executivo quando tomou posse resolveu suspender, a Senhora Presidente de Câmara disse que se gastava muito dinheiro, mas resolveu suspender as reparações das viaturas. A Câmara Municipal tinha instalações e tinha condições para o fazer, mas resolveu suspender essa reparação. E o resultado disso foi que, durante o verão de 2018, tivemos pela primeira vez na história de Almada, vários dias sem recolha do lixo. Tivemos outras coisas interessantes que foi, antes das viaturas "novas", eu não vou discutir se são novas ou não são "novas", tiveram que alugar ou pedir emprestado ou o que for à Câmara Municipal de Lisboa, uma ou duas, não tenho a certeza, mas uma ou duas viaturas de recolha do lixo, isso foi o que aconteceu. E depois, eu gostaria de perguntar à Senhora Presidente de Câmara, qual é o tempo médio de vida de um carro do lixo, que a Senhora Presidente acha que é adequado. E faço esta pergunta com toda a transparência, porque disse aqui a Senhora Presidente de Câmara, que os últimos carros do lixo que a Câmara Municipal de Almada tinha comprado foi em 2011. Em 2017, no mandato da CDU, foi lançado um concurso (que teve todas as vicissitudes que nós conhecemos) mas foi lançado um concurso para aquisição de oito viaturas. Portanto, eu gostava de saber, qual é o prazo médio de vida que a Senhora Presidente de Câmara entende como útil e como admissível para uma viatura de recolha do lixo? Porque de 2012 para 2017, são seis anos. Seis anos, duram os nossos carros particulares, até mais do que isso. No lixo se calhar, de quatro em quatro anos, ou de três em três anos, eventualmente de dois em dois anos temos que estar a renovar a frota."



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.3.18– A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente se me permitir, depois passarei a palavra ao Senhor Vereador Miguel Salvado.

Senhor Deputado Municipal João Galdes, eu se fosse a si não ia por esse caminho da suspensão, porque o Senhor Deputado Municipal sabe certamente o que se estava a passar em Vale Figueira, chamava-se fracionamento de despesa sistemático. Posso-lhe dar exemplos, com uma fatura para o farolim esquerdo e outra fatura para o farolim direito. E, portanto, esta questão era tão grave, tão grave, que nós nomeadamente, já entregamos e estamos a preparar a queixa a quem deve ser, e sabe que isso vai comprometer pessoas, que por indicação muitas vezes dos seus superiores, faziam coisas que não deveriam fazer. E, portanto, o Senhor Deputado Municipal João Galdes, com a responsabilidade que teve no passado, devia ter o mínimo de decoro, de vir falar em suspensão de compra de peças, porque a Presidente teve um vaipe. Nós não temos um vaipe, não nos passa uma coisinha má pela cabeça. O que acontece, e o que acontecia em Vale Figueira, e nós temos muita documentação, e pode fazer a pergunta Senhor Deputado Municipal, que eu lhe envio com todo o gosto. Faça a pergunta da razão da suspensão e se o fizer, nós entregamos-lhe a si, toda a documentação necessária, antes de vir para aqui referir essas questões. E pior, tudo isto foi feito com a concordância do Executivo da altura.”

6.3.3.19 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, vamos lá ver uma coisa, primeiro o Senhor acha que é usado, é novo, seminovo. Então vamos explicar rapidamente, a vossa incompetência neste assunto é flagrante. Aquilo que a Senhora Presidente de Câmara disse é totalmente verdade. Desde 2011 que não se comprava um único camião. Nós compramos dois, são veículos, caso não queira perceber, você percebe, você não quer é perceber, você é um homem inteligente. São veículos que andam muitas vezes de feira em feira, às vezes até pela a Europa, têm seis, sete mil quilómetros, se sabe e conhece um camião de lixo, não é nada, isso não é nada, que nem faz recolha de lixo, serve apenas para demonstração e que as empresas depois naturalmente, tem vontade também de vender, é obvio, para isso é que elas estão lá, e os Municípios também têm vontade de comprar, não é só o nosso que faz isto, há vários que compram viaturas nestas circunstâncias. Aliás, é perfeitamente legal. O problema é que os Senhores nunca foram capazes de ter uma noção do que é a gestão para conseguir fazer isto, e agora custa. Porque os trabalhadores naturalmente estão satisfeitos de terem duas viaturas novas. E uma já anda aí a funcionar esta semana. São novas Senhor Deputado Municipal, são novas e se foi Vereador sabe o que estou a dizer. São novas. Uma coisa é ter quilómetros outra coisa é fazer trabalho, e o Senhor Deputado Municipal sabe bem o que estou a dizer. Porque isto são viaturas, isto já foi mais que explicado. O que importa aqui, é só o seguinte: é que este Executivo teve a capacidade de rapidamente intervir. Vocês lançaram um concurso que pelas vicissitudes que teve, foi anulado. Anulado e até podíamos falar com calma sobre o relatório final do concurso e foi anulado. Nós tivemos que reiniciar todo o procedimento, fazer um caderno de encargos novo, e veja lá, correu bem e foram adjudicadas. Só como sabe os procedimentos do Tribunal de Contas levam imenso tempo. Por nós só estamos à espera que o Tribunal de Contas diga: “está aqui validado, pode partir para a aquisição”. E elas hão-de chegar, aliás, já foram adjudicadas, foi a IVECO que ganhou estamos só à espera que o Tribunal de Contas possa dizer: “sim senhor avancem”.

Para terminar, o que aqui foi dito da reparação e de peças, é verdade. Havia procedimentos que eram totalmente errados. Eu não me sentia nem nenhum dos membros do Executivo, confortável com aquilo, mas alguém acredita que nós mandamos suspender concursos ou reparações só porque nos apetece? Só porque gostamos de ver todos os camiões parados em Vale Figueira? Claro que não. É obvio que fizemos porque tínhamos muitas dúvidas nos procedimentos. E estávamos certos. E agora, estamos a procurar que de uma forma até muito mais transparente, haja inclusive concursos públicos trianuais, ou neste caso de três anos, que possam ser lançados à praça e as empresas possam concorrer, e nós todos estarmos muito mais salvaguardados nesses procedimentos. E é isso que temos estado a fazer.”



6.3.3.20 - O Senhor Deputado António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Temos presente neste ponto da ordem de trabalhos a Apreciação e Votação das Propostas da Câmara Municipal relativos à Prestação de Contas referentes ao ano de 2018. Cumpridos que estão cerca de dezoito meses desde a tomada de posse do novo executivo, compete-nos aqui apreciar o ano de 2018, que deu início a um novo ciclo político e a um novo ciclo autárquico saído das eleições de outubro de 2017.

E é isso que procuraremos fazer nesta intervenção. Começamos por evidenciar que este é o primeiro ano onde a nova administração municipal teve de encetar, repensar e clarificar as estratégias, porque se regia até então o município e abrindo os serviços municipais a novos desafios.

Ao ouvirem-se aqui algumas intervenções parece que neste primeiro ano se registou por parte da Câmara Municipal, uma fraca execução orçamental, procurando deixar transparecer que pouco foi executado durante o ano de 2018. Naturalmente que não foi o que se passou. O que se passou, é por demais evidente, o novo executivo teve de analisar o que se estava a passar em toda a autarquia e mercê desse exame teve de introduzir uma série de novos procedimentos que levou a um enorme esforço de adaptação de todos os serviços municipais.

Quero começar por lembrar aqui a luta que tem sido para a implementação do Novo Código da Contratação Pública que entrou em vigor precisamente em 1 de janeiro de 2018 e que veio criar alguns constrangimentos aos serviços, habituados, há uma série de anos, a determinado tipo de procedimentos e, que demoraram algum tempo também a apreender os novos processos.

Depois quero destacar aqui, a melhoria da capacidade de gestão do Município, que levou a que neste exercício os resultados operacionais, diferença entre a despesa e a receita, se tivessem revelado num saldo positivo na ordem dos 8 milhões de euros, aliás em contraste com o ano de 2017, em que esse resultado foi negativo na ordem dos 467 mil euros. Por outro lado, os resultados correntes deste exercício, significaram para o município uma arrecadação positiva de 11 milhões de euros em comparação com os dois milhões de euros negativos registados em 2017. Foi também retificado o desequilíbrio de gestão líquido do exercício relativamente ao ano de 2017, onde se tinha verificado apenas 1,2 milhões de euros positivos, comparados com o registado agora de 10,1 milhões de euros positivos.

Naturalmente que existiu alguma precaução do executivo no arranque e na implementação de algumas políticas, pois era imperioso primeiro conhecer o que se passava para depois poder decidir em conformidade e foi isso que foi feito.

Assim, podemos considerar que neste exercício de 2018, se melhorou a capacidade de resposta aos anseios dos cidadãos, se procedeu à reorganização dos serviços municipais, o que tem vindo a criar novas oportunidades de se mostrar que se pode fazer mais e melhor do que nos anos anteriores. A aposta tem sido num novo modelo de desenvolvimento de que Almada há muito carecia e que estamos convencidos, será implementado e que levará à criação de emprego mais qualificado, à maior proximidade com o cidadão (aliás vejam-se os novos espaços do cidadão já implementados e aqueles que eventualmente se virão brevemente a implementar). Temos de criar mais valor para poder investir mais nas pessoas, proporcionando-lhes maior participação e mostrando-lhes que esta é respeitada. A requalificação do espaço público também é fundamental já que garante mais qualidade de vida e um concelho melhor onde viver, onde investir, mas também para trabalhar e visitar.

Aqueles que referiram a fraca execução orçamental deixando transparecer que pouco foi executado, queremos referir e realçar algumas das ações realizadas e apresentadas no relatório que nos foi distribuído e que acompanhamos mais em detalhe.

Assim queremos destacar:

No âmbito da rede viária municipal, o Projeto de Execução da requalificação da Av. do Cristo Rei, a Proposta de reforço de passadeiras junto aos estabelecimentos escolares, a Proposta de alteração de sentidos de circulação na Praça São João Baptista, a Proposta de Ordenamento de Estacionamento na Praceta Caetano Maria Batalha,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

a Proposta de Reordenamento do Cruzamento na Rua General Humberto Delgado, com a Rua de Vale Figueira e com a Rua Quinta do Bom Retiro, com a introdução de uma rotunda e alteração de sentidos de circulação tendo sido efetuado o levantamento topográfico e encontrando-se o projeto de execução em curso.

Proposta de reperfilamento e alteração dos sentidos de circulação para a zona da Praça do Comércio, Rua de Olivença, Rua Bernardo Francisco da Costa e Rua Fernão Lopes.

Proposta de semaforização para a Praça do MFA.

Análise e laboração de propostas de acessibilidades à Costa da Caparica, no que respeita ao troço final do IC20 e acessos alternativos às Praias.

No âmbito do Ambiente, Espaço Público, Espaços Verdes, Energia, Clima e Sustentabilidade:

Área dos Espaços Verdes e Jardins:

Foram plantadas mais 413 árvores e foram efetuadas 14535 regas manuais de árvores jovens em caldeiras. Removeram-se 196 árvores que incluíram também os pedidos de intervenção do Serviço Municipal de Proteção Civil. Efetuaram-se também ao nível da conservação do arvoredo urbano, cerca de 19551 horas de trabalho no que se refere a ações de plantação nova, podas, limpeza de caldeiras, remoção de ramos e de ninhos da Lagarta do Pinheiro, entre outras atividades. Foram também analisadas, com o apoio do Instituto Superior de Agronomia e no âmbito da avaliação do risco e fitossanidade 67 exemplares arbóreos. Removeram-se 3 pinheiros de grande porte do Jardim do Solar dos Zagallos que se encontravam em risco. Procedeu-se também à aplicação de resina permeável em 40 caldeiras de árvores na Praça Gil Vicente. Nas operações de conservação dos espaços verdes e do arvoredo urbano foram utilizadas para além das árvores já enunciadas, mais 2576 arbustos, 2916 herbáceas vivazes e 6940 plantas de estação. Foram desenvolvidos planos de plantação para as rotundas da Av. 1º de Maio e Av. General Humberto Delgado, na Costa da Caparica e também para a rotunda da Alameda Amália Rodrigues, na Charneca de Caparica. Concluímos também o projeto de reabilitação do Jardim da Cova da Piedade. Efetuamos também o levantamento do Parque Infantil do Jardim da Criança, no Laranjeiro. Realizaram-se também 102 intervenções, por administração direta, na rede Municipal de Parques, Jardins e Parques Infantis. Foi ainda desenvolvida a conservação dos espaços verdes associados à Rede de Hortas Municipais de São João e do Texugo.

No âmbito dos Parques Urbanos:

Foram assegurados por administração direta diversos trabalhos de conservação nos Parques da Paz, da Filipa de Água, Urbano do Pragal, de Santo António, no das Quintinhas e Multiusos de Vale Figueira. Procedeu-se à instalação no anfiteatro do Parque Urbano de Santo António da infraestrutura elétrica para apoio à realização de diversos eventos. Realizou-se ainda a identificação do local para iniciar o processo relativo ao Parque Urbano de Vila Nova de Caparica. Desenvolveu-se o estudo para a implementação do novo Parque Infantil a instalar no Parque Urbano do Pragal, que irá dispor de um conjunto de equipamentos apostando em soluções de inclusão. Realizou-se o acompanhamento do Projeto Almada WIFI+ tendo em vista a sua implementação no Parque da Paz e no Parque Urbano do Pragal. Adjudicamos a empreitada do Parque Urbano do Pragal e foram assegurados os respetivos trabalhos de conservação e de modelação do terreno. Continuou-se a implementação do Projeto Sistema de Informação Geográfica no Parque da Paz, com o respetivo carregamento de dados e estruturação do modelo. Concluíram-se os projetos de arquitetura e de especialidades para lançamento da Empreitada de Obras relativo ao Remate Norte do Parque da Paz e respetivo arranjo paisagístico.

Na Área da Matriz Biofísica, Monitorização, Valorização e Sensibilização Ambiental destacam-se:

A articulação com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera no que se refere aos trabalhos de análise, de avaliação e harmonização do funcionamento dos equipamentos instalados para integração das duas estações meteorológicas municipais do Laranjeiro e da Costa da Caparica na rede meteorológica nacional. Monitorização das radiações eletromagnéticas de antenas de comunicações móveis instaladas no Concelho. Conclusão da delimitação da nova Rede Ecológica Nacional bruta, com enfoque nos elementos tipológicos integrados no sistema hídrico, realizada em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Instituto Superior



de Agronomia e Blue Focus. Conclusão da proposta de delimitação da nova reserva Agrícola Nacional Municipal, com base na qualidade litológica dos solos e do seu potencial de produção de biomassa, desenvolvida em parceria com o Instituto Superior de Agronomia. Programação e desenvolvimento de trabalhos para criação de uma Estação da Biodiversidade no Parque da Paz. Monitorização das comunidades de fauna e flora nos sistemas dunares de S. João da Caparica, acompanhando os processos de regeneração e sucessão ecológica destes ecossistemas. Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Alterações Processuais das Instalações da Sovena e elaboração dos Pareceres Técnicos que levaram à emissão de parecer favorável condicionado. Análise do Relatório de ponderação da proposta de Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel e identificação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território incompatíveis com esta proposta de plano. Prossecução do Projeto Reduna – Recuperação e Restauração Ecológica do Sistema Dunar de S. João da Caparica. Coordenação do processo de candidatura de praias do Concelho ao galardão Bandeira Azul. Dinamizou-se o Mercado de Natal Amigo da Terra e a 2ª edição do BioBlitz no Parque da Paz. Planeou-se e realizou-se o programa de atividades das comemorações dos Dias da Floresta. Realizou-se também o acompanhamento da dinamização da Cicloficina de Almada junto ao mercado, realizado por um grupo de voluntários nas últimas quintas-feiras do mês. Organização e dinamização conjunta com os parques urbanos, do Mercado da Horta no Parque da Paz, que se realiza no último domingo de cada mês de março a outubro.

No âmbito do Bem Estar e Defesa dos Animais:

Foi dada continuidade às parcerias existentes com as associações de proteção animal, através da esterilização, identificação e rastreio de animais detidos ou geridos por estas. Realizaram-se também reuniões com as Associações Amigos dos Animais do Concelho de Almada, Onde Há Gato Não Há Rato e com o Grupo Amor Rafeiro. Efetuou-se também visita ao Centro de Recolha Oficial de Oeiras, de modo a conhecer as infraestruturas, práticas e gestão.

No âmbito da Gestão Cemiterial:

Neste período realizaram-se 44 intervenções de manutenção e valorização dos espaços cemiteriais e demais operações dos serviços respetivos, dando-se também início a algum embelezamento do Cemitério de Almada, tendo-se concluído a empreitada de construção de mais 233 ossários no Cemitério de Vale Flores. Para finalizar queremos agradecer a todos os trabalhadores municipais pela dedicação e esforço demonstrados na realização das tarefas que lhes foram atribuídas. Por tudo isto se comprova que a execução orçamental municipal, não sendo perfeita, representa já uma melhoria bastante significativa na forma de lidar com as situações e com os cidadãos do Concelho de Almada.”

6.3.3.21 - O Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para responder ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Eu entendo a sua intervenção, e é verdade, fazendo essa correção, vou tomar a liberdade de a entender como um pedido de desculpa e posso-lhe dizer que o pedido de desculpa está aceite. E não é de todo nossa intenção, como é óbvio, pôr em causa aquilo que é liberdade que todos temos de expor as nossas opiniões e naturalmente as opiniões que todos temos sobre aquilo que é o atual mandato político e os anteriores mandatos políticos são necessariamente diferentes, faz parte do combate e da intervenção política e, portanto, não é isso que está em causa. O que está em causa é pura e simplesmente aquilo que são as questões que a nosso ver e que são de facto, factuais e, portanto, cuja verdade deveria ser reposta.

Sobre a questão do IMI, sobre o facto do Partido Socialista ter defendido e é verdade, há alguns anos que o IMI fosse mais baixo do que aquilo que o era na altura, prende-se necessariamente com o facto, à data, o IMI estar situado no nosso Município num dos mais elevados da Área Metropolitana de Lisboa, está salvo erro, em 0,4 e que foi fruto da conjuntura política que também tivemos no Município durante vários anos, permitiu que fosse feita uma diminuição deste valor até ao valor 0,36, valor que no entender do Partido Socialista, é satisfatório e também por isso não está incluído no nosso programa eleitoral que houvesse uma descida sucessiva. Aliás, já o tínhamos discutido em Sessões desta Assembleia Municipal, porque salvo erro, e aqui não tenho a certeza



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

absoluta, mas tenho ideia que a CDU apresentou até uma proposta para que se baixasse para 0,35. E, portanto, reposto isto no último orçamento.

E, portanto, reposta esta questão, necessariamente, quero-lhe dizer que estes debates são também naturais e que não deixa por isso nenhuma acrimónia.”

6.3.3.22 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só porque também me permito acrescentar e corrigir algumas informações. Estamos a falar da execução como se a execução fosse muito baixa. A execução total, e está na página dezasseis, do Relatório de Execução Financeira, foi de 84%. Sendo nas despesas correntes de 91% e nas despesas de capital, não os 45% que o Senhor Deputado Municipal frisou, mas de 64% em despesas de capital. Nós nunca escondemos que não iríamos executar, e desde sempre avisamos nomeadamente, tudo o que era ao nível das candidaturas e alteramos, isto sempre foi assumido. Mas, não quero que fique aqui a ideia de que nós temos uma execução muito baixa porque não temos. Não temos. Temos uma execução absolutamente equilibrada, por isso é que as contas estão equilibradas, e por isso é que o orçamento para 2019 reflete a margem que nos permitiu, assim como durante o ano, obviamente há investimentos que são plurianuais que têm que ser cabimentados de imediato, aliás, depois quando for a Revisão Orçamental falarei do acaso. Mas, a questão da falta de execução ou de execução muito baixa, não corresponde de todo à verdade, pelo contrário, penso que no tempo disponível deste ano, com um orçamento de facto, que em grande parte ainda não era o nosso, porque a Câmara Municipal não podia parar, penso que podemos estar todos orgulhosos e quando eu digo todos, porque não é o Executivo que permite que as coisas se executem e se façam, são os trabalhadores, são os serviços da Câmara Municipal, e é o próprio Município que também faz coisas e faz viver a sua terra.”

6.3.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.3.4.1 – O Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Almada relativos ao exercício de 2018 foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente; e 17 votos contra sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.3.4.2 – O Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2018 foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 4 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.3.4.3 – O Relatório e Conta de Gerência da ECALMA relativos ao exercício de 2018 foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 4 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.3.5 – O “Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Almada relativos ao exercício de 2018” e considerou a Certificação Legal das Contas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, foi aprovado por maioria, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, e nº 2 do artigo 27º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova aos Documentos de Prestação de Contas do Município, constituídos por:

- a) *Relatório e Conta de Gerência referentes ao ano de 2018*
- b) *Anexos às Demonstrações Financeiras;*
- c) *Anexos contendo os documentos a seguir referidos, relativos às seguintes entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico:*
 1. *Relatório Anual e Contas do ano de 2018 da AGENEAL – Agência Municipal e Energia de Almada;*
 2. *Relatório Anual e Contas do ano de 2018 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local*
 3. *Relatório Anual e Contas do ano de 2018 da NOVALAMDAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local,*
nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de abril de 2019.

6.3.6 – O “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2018” e considerou a Certificação Legal das Contas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, foi aprovado por maioria, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2018, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de abril de 2019.

6.3.7 – O “Relatório e Conta de Gerência da ECALMA relativos ao exercício de 2018” e considerou a Certificação Legal das Contas e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, foi aprovado por maioria, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro, aprova o “Relatório e Conta de Gerência da ECALMA referentes ao ano de 2018”, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de abril de 2019.

6.4 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019.

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

6.4.1.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito rápida e sintética, fazemos aqui a aprovação e a votação da proposta já aprovada em Reunião de Câmara, de criação de vinte e dois postos de trabalho, destinados a Assistentes Operacionais em Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado, na área da Ação Educativa. Portanto, a alteração ao Mapa de Pessoal de dezanove que tinha dois mil e noventa e dois postos preenchidos e a preencher, e que passará a ter agora depois desta aprovação se assim for, dois mil cento e catorze lugares em Mapa de Pessoal preenchidos e a preencher.”

6.4.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, tendo em consideração o disposto no artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20/6, aprova a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2019, ao abrigo da alínea o) do nº 1 do art.º 25º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/9, conjugada com a alínea a) do nº 2 do art.º 3º do Decreto-lei nº 209/2009 de 3 de setembro, com um total de 2114 postos de trabalho preenchidos e por preencher, nos precisos termos da deliberação camarária de 22 de abril de 2019.

7 – Sendo próximo das 00 horas e 25 minutos, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Lina Gonzalez, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Amélia Pardal, António Matos e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 40 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____